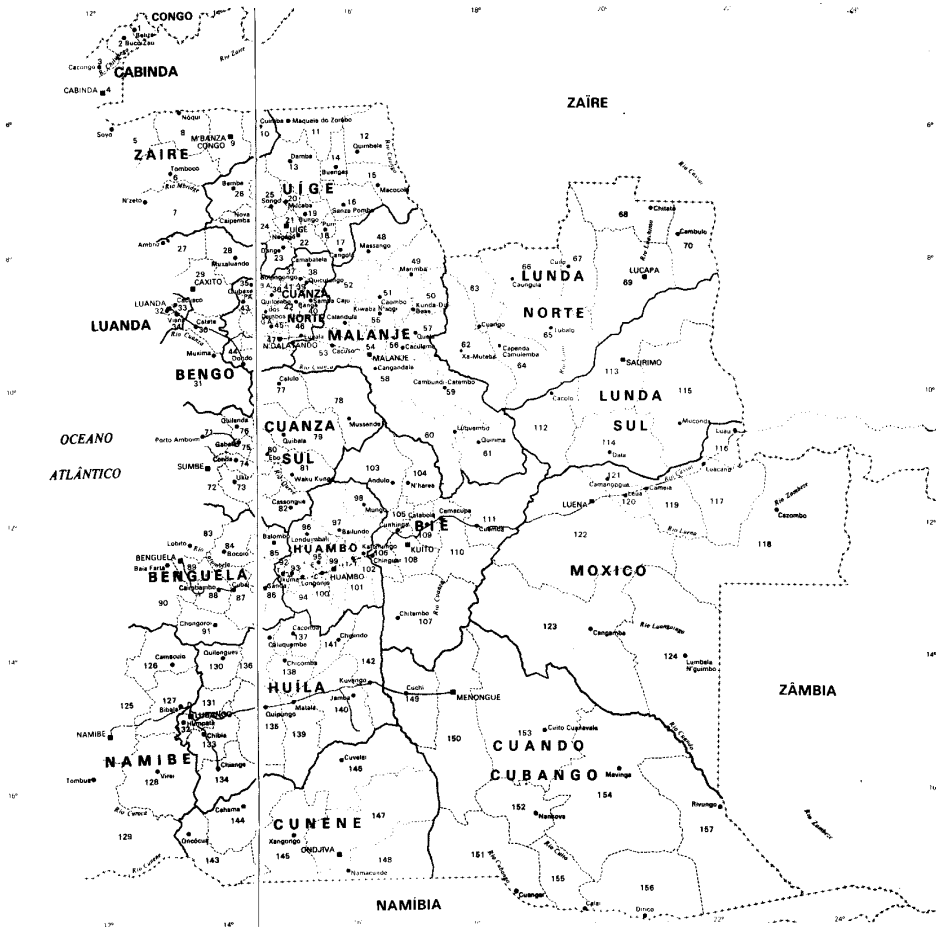


1. Contexto Geográfico da República de Angola

Fig. 1.1 – Divisão Administrativa de Angola



Divisão Administrativa de Angola

Fonte: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Educação e Cultura da República de Angola.

A República de Angola situa-se entre os os paralelos 4° 22' e 18° 02' e os meridianos 4° 05' e 11° 41' a Este de Greenwich, no Hemisfério Sul, na parte Ocidental da África Austral e ocupa uma área de 1.246.700 Km² ¹.

Etimologicamente Angola deriva de “Ngola”², nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo³, fixados no médio-Kwanza. É limitada a norte, pela República do Congo e por uma parte da República Democrática do Congo (ex-Zaire); a leste, pela República da Zâmbia e por uma outra parte da República Democrática do Congo; a sul, pela República da Namíbia e a oeste, pelo Oceano Atlântico. Angola apresenta uma costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres correspondem a um total de 4.837 Km.

É um país marcado por duas estações climáticas distintas: a das chuvas – húmida e quente, que decorre de Setembro a Abril, pronunciando-se com alguma antecedência ou mais tardiamente em algumas regiões – e a do cacimbo⁴ – seca e fria, que vai normalmente de Maio a Setembro. Dada a extensão do território, há uma variedade climática de região para região: no litoral a precipitação média anual é inferior a 600 mm, mas a província de Cabinda, a norte, chega a atingir por vezes valores na ordem dos 800 mm, enquanto que a província do Namibe, no litoral sul, atinge apenas 50 mm. Isto porque o litoral norte apresenta um clima tropical seco e o litoral sul um clima desértico. De notar ainda que o litoral sofre a influência da

¹ Vide Angola no contexto africano em Anexos.

² SANTOS, Eduardo (1969), *Religiões de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, p. 19.

³ O que pertence à etnia Mbundu. O que pertence ao grupo Ambundo. O que fala a língua Kimbundu. Habitante de Luanda. In, PARREIRA, Adriano (1990), *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola – séculos XV-XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 24.

⁴ Do Kimbundu Kisibu. Estação mais seca e temperada que a das chuvas, cuja duração varia consoante o espaço geográfico. In, PARREIRA, Adriano, op. cit., p. 32.

corrente fria de Benguela e se caracteriza por temperaturas médias anuais superiores a 23° C. A humidade relativa média anual é superior a 30% e a pluviosidade diminui de norte para sul. Nas regiões do interior a precipitação varia entre 600 mm e 1000 mm. A norte e a nordeste o país apresenta clima tropical húmido, com temperatura e pluviosidade elevadas. Nos planaltos, por influência da altitude, o clima modifica-se: a temperatura média desce abaixo dos 19° C., ou ainda menos, durante a estação seca, com amplitudes térmicas diárias acentuadas. Este é também o clima que caracteriza o sudeste do país. Já o sudoeste é semiárido, com pluviosidade anual que varia normalmente entre 500 e 800 mm, com temperaturas baixas no cacimbo e durante a noite. O leste apresenta um clima tropical moderado e o sul clima desértico.

Os cursos de água em Angola têm a sua origem na vertente ocidental e correm quase todos de leste para oeste, em direcção ao Atlântico. Os rios da vertente norte correm para a Bacia do Zaire, confluindo no rio Kassai e Kwango. O rio Kwanza dirige-se na linha norte/sul e, posteriormente, para ocidente. Já os rios que surgem da vertente sul dirigem-se para a Bacia do Zambeze. Há cursos de água de alimentação constante ou regular, rios cujo caudal varia com as estações (das chuvas e do cacimbo) e rios temporários. A maioria dos rios, que corre em Angola, é temporária. De entre os cursos de água de alimentação constante, destaca-se o rio Zaire, de regime equatorial, o que se justifica pela sua localização na zona de chuvas permanentes. Os rios do sul, como o Bero, na província do Namibe, correm nas regiões secas e são temporários. Com excepção do rio Zaire, a grande maioria dos rios em Angola não favorecem a navegação, constituindo-se no entanto num incalculável potencial, como fontes de energia. Destacam-se, de entre os mais importantes: na fronteira Norte, o Zaire que, apenas numa parte do seu curso corre em Angola; o Kwanza, com uma extensão navegável de 960 Km, corre de norte e, posteriormente, para

oeste, em direcção ao Atlântico; o Cunene que, do Planalto Central, corre para a fronteira sul, numa extensão navegável de 200 Km; o Kubango, com 975 Km, avança em direcção à República da Namíbia; e o Keve, que segue no sentido leste/oeste.

A estrutura geológica de Angola é principalmente caracterizada por três unidades: orla sedimentar litoral (3,3%), que acompanha a costa; formações de cobertura (59%), abrangendo as regiões nordeste, leste, sudeste e parte sul; maciço antigo (38%), cobrindo quase toda a metade oeste. Do ponto de vista geomorfológico encontram-se, a partir da costa, as seguintes unidades: faixa litoral, zona de transição, cadeia marginal de montanhas, planalto antigo, bacia do Zaire, bacia do Zambeze e bacia do Lubango. O território é principalmente caracterizado por extensos planaltos e pelo Talude Atlântico, escadaria abrupta em direcção ao Oceano. O ponto mais elevado do território é o Monte Moco, com 2.620 metros. Nos planaltos situam-se as grandes bacias hidrográficas.

Angola possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda, floresta do Maiombe, onde se encontram madeiras de valor económico elevado como o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro.

Os recursos minerais são, sem dúvida, os que melhor se conhecem e estão a ser aproveitados a um nível razoável, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Kissama) e os diamantes (Lunda e Malange). Além desses, Angola possui ainda grandes jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio.

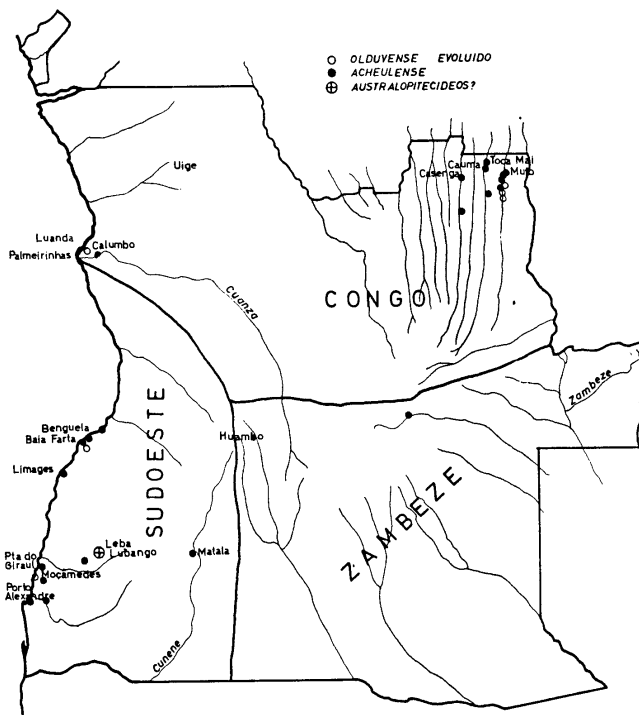
Das principais cidades destacam-se, Luanda, a capital da República de Angola que, em 1988, deveria ter cerca de 2.081.000 habitantes. Huambo, com cerca de 203.000 habitantes; Benguela 155.000 habitantes e Lobito 150.000, segundo dados de 1983. Já a cidade do Lubango, em 1984, comportaria cerca de 105.000 habitantes⁵.

⁵ VVAA (2000), *Guia do Mundo/2000*, Trinova Editora, p.18.

2. Contexto histórico da República de Angola

A partir de um trabalho publicado pela investigadora angolana Rosa Cruz e Silva⁶, foi possível encontrar um modelo de base para a apresentação da História de Angola, com informações que vão desde os tempos mais remotos à sua independência.

Fig. 1.2 – Estações Arqueológicas da Idade Antiga da Pedra



Estações Arqueológicas da Idade Antiga da Pedra.

Ervedosa, 1980

Fonte: Rosa Cruz e Silva, *In Angola e o seu Potencial*⁷

⁶ SILVA, Rosa Cruz, coord. (1997), *Angola e o seu Potencial/História*, Luanda, Ministério da Cultura, pp. 14-37.

⁷ SILVA, Rosa Cruz, *op. cit.*, p.13.

Tornou-se-nos assim possível apresentar, de forma sucinta, uma visão global da memória colectiva angolana, a partir de uma perspectiva africana.

Entendemos que a apresentação deste relato histórico se torna aqui imprescindível, para posterior compreensão da complexidade do processo educativo angolano, enquanto componente determinante da vida e para a vida política, social, económica e cultural de Angola.

2.1 A pré-história angolana

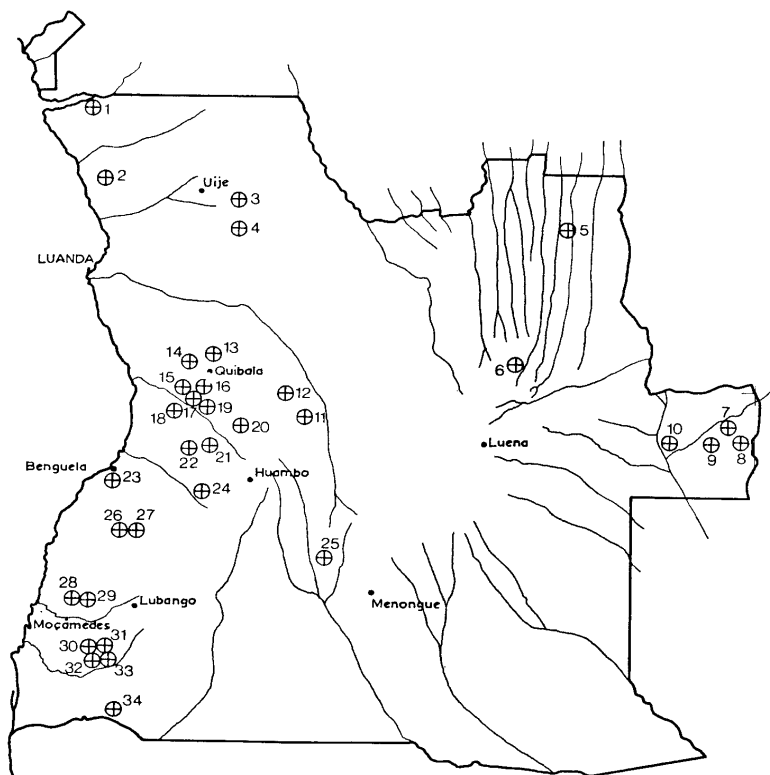
A partir de artefactos já exumados e vestígios expostos em paredes de grutas e cavernas, hoje são-nos apresentadas diferentes fases de evolução no período da Idade da Pedra. A indústria lítica de utensílios produzidos numa determinada época e região, mais os testemunhos de manifestações de arte rupestre encontrados, principalmente na Pedra do Feitiço, Bambala, Citundo-Ulo, Caninguiri, Kissadi, Kibala, Kapanda, são testemunhos desse passado histórico.

Segundo Rosa Cruz e Silva, o arqueólogo Carlos Ervedosa refere-se à existência de três zonas ecológicas, que propiciaram os estádios de desenvolvimento das comunidades produtoras de todo o material lítico, que caracterizou este período: Zona Kongo, Zona Zambeze e Zona Sudoeste.

Em cada uma destas três zonas desenvolveram-se culturas líticas, que denunciam a presença em Angola de uma Idade da Pedra (The Earlier Stone Age) com as suas fases intermediárias, (The First Intermediate Period) o Primeiro Período Intermédio, que faz a transição entre a Idade Antiga da Pedra e a Idade Média da Pedra (The Middle Stone Age); da Idade Média da Pedra até ao período mais recente, encontramos o Segundo Período Intermédio (The Second Intermediate Period), ao qual se segue a Idade Recente da Pedra (The Later Stone Age), bem como também se identifica algum material da Idade do Ferro⁸.

Associada a algumas áreas que constituem o habitat das comunidades produtoras de utensilagem lítica e da faixa litoral no sentido norte/sul, encontramos estações de arte rupestre em Angola.

Fig. 1.3 – Estações da Arte Rupestre



Estações da Arte Rupestre.

Ervedosa, 1980

⁸ SILVA, Rosa Cruz, referindo-se a ERVEDOSA, Carlos (1980), *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Edições 70, p. 234.

⁹ SILVA, Rosa Cruz, *op. cit.*, p. 17.

2.2 A invasão dos povos Bantu

Ainda segundo Rosa Cruz e Silva, por volta do ano mil d.C., com a entrada dos povos Bantu, entrou na África Meridional um complexo industrial da Idade do Ferro Antiga, caracterizado pela introdução de novos elementos: a metalurgia, a cerâmica e a agricultura, que provocou a ruptura com as antigas sociedades. A partir daqui, as comunidades neolíticas lutam pela posse da terra, dão origem à composição gradual e paulatina das formações étnicas, à estruturação das comunidades e à formação dos reinos.

Os Bantu, vindos da região dos Camarões, progrediram lentamente pela África Central, Oriental e Austral¹⁰. A migração destes primeiros agricultores, no espaço de Angola, tomou três direcções a saber: pelo norte, descendo os rios e a costa, atravessando o Baixo Zaire; pelo oriente e pelo nordeste, ao longo do Zambeze e do Planalto do Catanga e, finalmente, pelo sul, desde o norte do Calahari até às terras do sudoeste de Angola¹¹. Esta movimentação decorreu ao longo de muitos séculos, acabando por ir dando corpo às diferentes etnias que se distribuem pelo território.

Cada grupo etnolinguístico é caracterizado por um conjunto de valores, onde se reconhecem semelhanças entre os diferentes grupos, detectáveis na estrutura sócio-política e na identificação de idiomas com a mesma origem. Consequentemente, resultaram desse processo os seguintes grupos etnolinguísticos no seio da actual população de Angola¹²: Bakongo, Ambundo, Lunda-Quico, Ovimbundu, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero e Okavambo, todos de origem Bantu, distribuindo-se cada um destes conjuntos em vários subgrupos¹³. No entanto, devemos

¹⁰ SILVA, Rosa Cruz; referindo-se a ERVEDOSA, Carlos; *op. cit.*, p. 220.

¹¹ SILVA, Rosa Cruz, referindo-se a OBENGA, Theophile (1980), *Les Bantu*, Dakar, Présence Africane, p. 103.

¹² Angola era na antiguidade também conhecida por Baixa Etiópia, in PARREIRA, Adriano, *op.cit.*, p. 27.

¹³ SILVA, Rosa Cruz; referindo-se a PÉLISSIER, René (1986), *História das Campanhas de Angola* – Vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 21-23.

sublinhar, que nem todos os investigadores distinguem os diferentes grupos etnolinguísticos angolanos, da mesma forma.

Por outro lado, há ainda a assinalar alguns exemplos de população não Bantu, como os Koishan, que após a invasão dos Bantu, se viram arredados de uma parte considerável do território, confinando-se em pequenas bolsas, nas áreas leste e sul do país.

2.3 A formação dos Reinos

Os reinos emergiram pela implantação num dado conjunto de aldeias, de um poder centralizado na posse de um chefe de linhagem, mercê do poder económico e prestígio conquistados, reunindo à sua volta a comunidade que o respeita.

Os estados que se formaram, constituem testemunhos de organização política das comunidades, que se inseriram no território que integra Angola. Mas a fundação de cada um deles ocorre em épocas completamente distintas. A título de exemplo: Após os conflitos armados resultantes da intervenção portuguesa na região, enquanto o reino do Ndongo procurava preservar a sua unidade política no século XVI, o reino do Kongo estabelecia com Portugal um intercâmbio comercial e cultural vantajoso, que só, posteriormente, no século XVII, se veio a desmoronar. Mas neste período, ainda o reino da Lunda estava longe de se edificar. Daí que os reinos do Kongo e do Ndongo, onde os portugueses chegaram, respectivamente, nos finais do século XV e princípios do século XVI, constituíram duas experiências distintas:

No tocante ao reino do Kongo, situado entre os rios Zaire¹⁴ e Dande¹⁵, o Atlântico e o rio Kwango, a coroa portuguesa

¹⁴ Também denominado: rio Poderoso; Nzadi; rio Kongo; rio do Kongo; Kwango Grande. In PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 189.

¹⁵ Rio que era navegável até ao Hikao, ou seja, até 25 léguas da costa. Durante a época das chuvas fluía nas águas do rio Dande uma espécie de resina, ukotoko, que servia para a preparação de flechas. O rio Dande estabelecia, do ponto de vista das autoridades portuguesas, a fronteira entre o Kongo e a jurisdição portuguesa em Angola. In PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 132.

O soberano congolês Nzinga-a-Nkuvu, o ntotila¹⁶, foi em 1491 baptizado na sua capital Mbanza Kongo¹⁷, com o nome cristão de João, o mesmo do soberano português da altura, D. João II. Isto, sete anos após Diogo Cão ter chegado à foz do rio Zaire.

¹⁶ Título mais importante do Kongo. O prefixo *ne* antes do nome próprio equivale à distinção de fidalguia ou tratamento de respeito ou senhoria. O mesmo que *manikongo* ou “rei” do Kongo. O vocábulo *mani*, embora usado na maioria das fontes da época e nos trabalhos de alguns histo-

Legenda: Agrupamento de Reinados

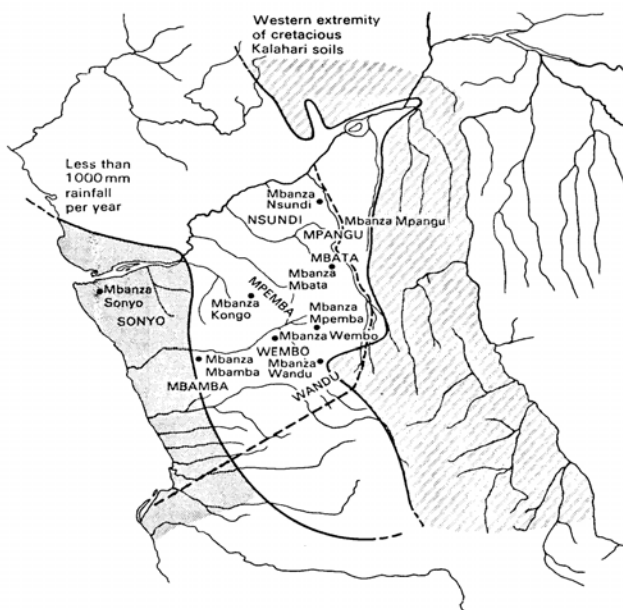
1. Reino do Kongo (séc. XIII a XV); 2. Reinos de Matamba e Ndongo (séc. XVI a XVII); 3. Reino da Kissama (séc. XVI a XVII); 4. Reinos do Planalto (séc. XVI a XVIII); 5. Reino de Kassange (séc. XVI a XVII); 6. Reinos da Lunda Tchokwé (séc. XVI a XIX); 7. Reinos do Sudoeste (séc. XVI a XVII); 8. Região de Comunidades pouco fixadas.

Nota: a) Os reinos da Kissama e Kassange incluídos na legenda não estavam integrados em agrupamentos; b) O Reino do Kongo estava dividido em Ducados; ----- Limite de agrupamentos, ■ ■ ■ ■ Limite dos Reinos.

Jovens aristocratas do reino congolês foram mandados para Portugal para receberem instrução, serem baptizados e doutrinados de acordo com os preceitos religiosos da época.

riadores, parece não ser um vocábulo kikongo ou kimbundu. Alguns especialistas consideram o vocábulo *mani* como sinónimo da palavra Kimbundo *mwene* (o mesmo que senhor), restando saber se o termo *mani* é ou não um neologismo. Brásio e Sequeira inferem que o vocábulo *mani* é uma deformação de *mwene*. Numa carta atribuída a Mbemba-a-Nzinga, datada de 5 de Outubro de 1514, o soberano de Mbanza Kongo pedia ao rei de Portugal para que escrevesse uma carta a “moyne bata dom Jorge e outra a moine panguo”, tidos como principais senhores do Kongo. Aqui o vocábulo “moyne” parece-nos ser uma evidente distorção de *mwene*. Enquanto que *mani* aparece no kikongo na forma composta de *maniputu*, como sinónimo de “imperador”, “soberano” e “governador” e de “senhor”, na forma composta de *manimwata*, o vocábulo *ntotela*, assim como os vocábulos kikongo, *ntinu*, *nfumu*, *nkuluntu* e *ndembu*, são sinónimos de “imperador” e de “rei”. Por sua vez o vocábulo *ntinu*, que é insuspeitavelmente de origem local, pode ser traduzido por “rei”, “senhor”, “monarca”, “soberano”, “imperador” e “governador”. *Ntinu* aparece como sinónimo de soberania. Na História do Reino do Kongo, pode ler-se que *ntinu* se tornou no título “honroso e de excelência” dos “reis” do “Mani-Kongo”, vocábulo que derivou, segundo a mesma fonte, de *Motino-Bene* (*Ntinu Wene*) fundador lendário do Kongo. “Tota” significa aproximadamente o mesmo que o verbo unir em português. Os vocábulos anteceditos da partícula “*ne*” estão por sua vez conotados com títulos políticos. Brásio informa-nos que Mbanza Kongo era conhecida pelos Muxikongo pelo nome de Mbanza Kongo dia Ntotela, ou seja, o mesmo que Cidade do Rei do Kongo. O que parece definitivo é que o vocábulo *ntotela* é sinónimo de “manikongo”, “rei” e “chefe supremo”. Em vez do vocábulo *mani* pode usar-se a expressão “primeiro titular”. Assim, por exemplo, o título *manisoio* poderá ser designado pela expressão primeiro titular do Nsoyo. In PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 87-88.

1.5 – Divisão Administrativa do Reino do Kongo



Divisão Administrativa do Reino do Kongo.

Hicton, Anne, 1983

Fonte: Rosa Cruz e Silva, *In Angola e o seu Potencial*¹⁷.

Segundo o cronista português Rui de Pina, o próprio rei do Kongo, havia pedido ao rei de Portugal, lavradores para domesticarem bois e ensinarem a amanhar a terra, para além de algumas mulheres para ensinarem as do seu reino a amassar o pão. Mes- tres de carpintaria e pedraria para fazerem igrejas e outras casas de oração, foram também solicitados. Era desejo do rei do Kongo,

¹⁷ Era a *mbanza* (povoação principal de um soba) aonde residiam os *ntotela*. Situada na confluência de Mpemba, Kiova e Nsundi, era o entreposto comercial das rotas comerciais do nzimbu, panaria, escravos, sal e marfim, que provinham ou se destinavam praticamente a todos os outros centros de comércio, tais como Mbata, Nsundi, Wamba, Mpumbu, Mbata Yongo, Kasanji e Luanda. *In*, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 71 e 161.

¹⁸ SILVA, Rosa Cruz, *op. cit.*, p. 21.

O reino do Ndongo²⁰, ligado à dinastia dos Ngola e designado pelos portugueses por reino de Angola, durante muito tempo foi dado como dependente do reino do Kongo.

[illegible]

Heintze, B., 1984

¹⁹ AMARAL, Ilídio, (1996), *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos “Ngola” (ou de Angola) e a Presença Portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 14.

43

Entre os rios Dande e Kwanza, o Oceano Atlântico e as terras da Matamba²², o reino de Angola era alvo de muitos interesses por parte dos portugueses: a prata, o ferro e o cobre, para além do comércio de escravos, encontravam-se enfatizados num regimento de 1520, apesar de não se descurar a importância da cristianização do Ngola e dos seus súbditos²³. Os contactos da primeira missão comandada por Paulo Dias de Novais, em 1560, não foram fáceis e, tal como já havia acontecido quarenta anos antes, o chefe da missão e diversos companheiros, acabaram por ficar prisioneiros durante vários anos.

Em 1575, Paulo Dias de Novais regressaria a Angola investido dos cargos de governador e capitão-general da conquista do reino de Angola. Nenhum Ngola recebeu os portugueses com agrado e o primeiro baptismo só se veio a verificar em 1620, quando o reino do Kongo já se encontrava em declínio. Para o reino de Angola estava reservada a conquista a ferro e fogo, a exploração intensiva de escravos para as plantações e minas de territórios do continente americano, nomeadamente o Brasil.

2.4 A resistência à ocupação colonial

Capturar e vender escravos, foi o negócio em que se envolveram portugueses e africanos, em detrimento obviamente dos africanos, cujas terras não puderam fornecer às populações o alimento necessário, porque faltavam braços para cultivar a terra e estabilidade para governar. O diálogo que se seguiu após a

Ovimbundu e pela Kisama e a oeste pelo Oceano Atlântico. É porém provável que os limites ocidentais do Ndongo, no século XVI, se restringissem até à região de Massangano. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 168.

²¹ SILVA, Rosa Cruz; *op. cit.*, p. 23.

²² Região que se situava a norte do Lukala, entre os rios Kwale, Kwango, Kambo e Lukala. Foi em finais do terceiro decénio do século XVII, dominado pela rainha Jinga. A Matamba e Kasanje foram provavelmente os maiores pombos de escravos do mundo, no século XVII. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 160.

²³ AMARAL, Ilídio, *op. cit.*, p. 14.

chegada de Paulo Dias de Novais ao reino do Ndongo, tornara-se infrutífero. O rei Ngola-a-Kilwanji²⁴ não se mostrou interessado nas propostas portuguesas, recusando-se a aceitar a missão no reino e a submissão à coroa portuguesa, como recomendavam os regimentos que se foram seguindo no decorrer da alternância governativa portuguesa sediada em Luanda. Esta intenção dos portugueses no Ndongo tomou corpo, mais concretamente com o início das campanhas militares efectuadas, com o objectivo de submeter pela força os chefes locais. Assim sendo, alcançar-se-ia o domínio na zona, o que facilitava as operações para a captura dos escravos. O sucesso das investidas para a submissão no Ndongo, dada a resistência oferecida pelos chefes Ngola²⁵, tardou a acontecer.

No período de governação de Ngola Mbande, 1617-1626, as contendas militares reduziram o poder do rei na região. Porém, são retomadas por sua irmã, Jinga Mbande, exímia política da época, que lutou durante quase quatro décadas, para impedir a submissão do Reino do Ndongo à Coroa Portuguesa. Mas, apesar de toda a resistência oferecida pelos Ngola, as expedições militares prosseguiram, levando o reino ao seu desmoronamento. As vitórias alcançadas por Paulo Dias de Novais em 1581 na província da Kissama²⁶, associadas ao avassalamento de mais de cinquenta sobas até ao rio Lukala – 8 a 10 léguas da corte do Ngola – e, por fim, a vitória das tropas

²⁴ Principal posição política da genealogia a-ngola. In PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 85.

²⁵ O mesmo que “rei” de Angola; pequenos pedaços de ferro, símbolo das linhagens principais Mbundu; título da principal autoridade no Ndongo; título das principais linhagens do Ndongo. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 85.

²⁶ Região formada por jurisdições sob tutela de diversas autoridades submetidas ao título Kafuxi (região ao sul do rio Kwanza, sob a autoridade do soba do mesmo nome). Encontravam-se na Kissama as famosas minas de sal de Ndemba. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 144 e 151.

portuguesas no dia 25 de Agosto de 1585, na Ilamba²⁷, deixou grande campo aberto para a obra missionária²⁸.

Paulo Dias de Novais foi assentar arraiais em Massangano²⁹, entre o Lukala e o Kwanza, em sítio facilmente defensável. Era o fim do Reino do Ndongo. No entanto, os reinos da Matamba³⁰ e Kassanje³¹, mantiveram a sua independência até ao século XIX.

Seguiram-se outras escaramuças mais para o sul do território. A partir de 1617, Manuel Cerveira Pereira alcança as terras do Mundombe e dos Hanha no litoral sul e funda o reino de Benguela, submetendo os sobas daquelas localidades e instalando uma nova autoridade na região. Deixava de ser apenas a presença militar. E, tal como em Luanda, passava a funcionar no então reino de Benguela uma pequena administração colonial.

No século XVIII, os portugueses já tinham penetrado nas terras do Bailundo, no Huambo, no entanto sem grandes resultados. A urgência de um maior domínio sobre os espaços conquistados, levaria a metrópole a adoptar medidas reformistas para uma política colonial mais actuante, o que implicava numa ocupação efectiva dos territórios, sob pena dos portugueses as verem passar para a influência de outro candidato europeu. Isto,

²⁷ Região do Ndongo, cujo principal aglomerado populacional era Bango-a-Kitamba. In, PARREIRA Adriano, *op. cit.*, p. 141.

²⁸ SANTOS, Eduardo; *op. cit.*, pp. 63-64.

²⁹ Povoação situada no Museke, na convergência dos rios Lukala e Kwanza, a 40 léguas de Luanda. Foi lugar de deportação dos insubordinados ao Ngola e depois um dos principais estabelecimentos dos portugueses e importante rota das caravanas de escravos; Presídio situado em frente da confluência dos rios Kwanza e Lukala. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 160.

³⁰ Região que se situava a norte do Lukala, entre os rios Kwale, Kwango, Kambo e Lukala. Foi em finais do terceiro decénio do século XVII, dominada pela rainha Jinga. A Matamba e Kisanji foram provavelmente, os maiores pumbos (feiras de escravos) do mundo, no século XVII. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 160 e 176.

³¹ Região situada entre os rios Kamba, Lutoa, Kwango, ocupando o que se chama Baixa ou Escarpa de Kasanji. Estado fundado pelos Mbangala Kulaxingo, em 1630. Um dos principais pumbos da região. In, PARREIRA Adriano, *op. cit.*, p. 160.

Tenta-se abolir a escravatura que, até à sua completa extinção, passou por vários períodos de transição. Mas ainda antes do primeiro quartel do século XIX, o tráfico ganhou um forte impulso, o que conduziria naturalmente às revoltas das populações visadas. Segundo o historiador português Oliveira Martins, só de Angola para o Brasil, foram levados mais de 642.000 escravos, entre meados do século XVIII e princípios do século XIX, à média de 14.000 a 15.000 em cada ano³⁴. Ainda no final do século XIX, a presença portuguesa pelo território, que os capitães pugnaram por conquistar, era, no dizer de René Pélissier, “Amorfa, oficiosa e por vezes caótica”³⁵.

As campanhas do planalto, em 1902, mostraram a força das monarquias vigentes no Bailundo, Bié, Huambo e de todos os reinos independentes, apesar da presença “oficiosa” e até militar na região. Ekuikui II, Mutu Ya Kevela, Ndunduma, Mandume, seriam alguns dos nomes destacados de toda a resistência entre as últimas décadas do século XIX e o primeiro quartel do século XX, quando, efectivamente, a dominação se veio a concretizar.

2.5 A colonização portuguesa

O estado colonial implantava-se, vencidas as forças que se levantaram no Bailundo, como os Humbe; no Kongo, como os Solongos; no sul como os Cuanhama... entre várias outras. Pélissier enfatiza os acontecimentos da seguinte forma: (...) “em nenhuma outra parte da África Tropical (...) uma potência colonial teria de empenhar tantos homens durante tanto tempo para vencer tão poucos adversários³⁶.”

³⁴ MARTINS, Oliveira (1978), *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores, p. 58.

³⁵ SILVA, Rosa Cruz; referindo PÉLISSIER, René (1986), *Histórias das Campanhas de Angola/Resistências e Revoltas* (1845-1941), vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, p. 70.

³⁶ SILVA, Rosa Cruz, referindo PÉLISSIER, René (1986), *Histórias das Campanhas de Angola/Resistências e Revoltas* (1845-1941), vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, p. 141.

Apesar de tantas dificuldades que o processo acarretou, o final do século XIX seria marcado pela organização de uma administração colonial, correspondente ao espaço e aos homens dominados. A estratégia na economia assentava, basicamente, na agricultura e na exportação de matérias primas. O comércio da borracha, que as caravanas do planalto conduziam aos portos do litoral, a cera, o marfim, entre outros produtos, somavam os rendimentos do Estado, acrescido dos impostos cobrados às populações.

Ao iniciar o século XX outras reformas seriam implementadas. Apesar dos fracos recursos de que dispunham as autoridades portuguesas, estas optaram por desenvolver a colónia, ainda que a passos muito lentos. Contudo o derrube da monarquia em Portugal e a existência de uma conjuntura internacional favorável, acabaria por levar Portugal a implementar novas reformas no domínio administrativo, educativo e agrícola.

Nascera em 1910 a 1.^a República, que se pretendeu extensiva à colónia, já que para os novos mentores da política colonial, Angola era só mais uma província portuguesa. Terminado o tráfico negreiro, exigia-se agora mão-de-obra barata para o trabalho nas plantações de café. A situação vigente foi aparentemente calma, até ao segundo quartel do século XX, altura em que movimentos associativos de grupos nacionalistas afrontam o poder instituído³⁷. Inicia-se a formação de organizações políticas mais explícitas a partir da década de cinquenta, que reivindicaram os seus direitos em Angola. Tais organizações começaram a promover campanhas diplomáticas de apoio à luta pela independência do país, desencadeando mais tarde conflitos armados directos contra o poder colonial, dada a insistência dos seus representantes em não ceder às propostas das forças nacionalistas. Destaca-se nesta luta o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de

³⁷ Vide Diagrama da população Africana e Europeia em Anexos.

Libertação de Angola), e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Depois de longos anos de conflito político e armado, o país alcançou a Independência a 11 de Novembro de 1975, sob o governo do MPLA.

Ora, desde o século XVI, Portugal foi alterando as designações para as suas possessões ultramarinas, chamando-as alternadamente colónias, territórios ultramarinos, províncias ultramarinas e Estados³⁸: Em 1576, o historiador João de Barros referiu-se em relação a Angola, à “província do Brasil” e, em 1663, apareceu pela primeira vez a expressão “províncias ultramarinas”. No entanto, “colónias” foi a expressão primordial até 1822³⁹, quando a primeira Constituição escrita (que estabelecia o princípio da indivisibilidade de todos os territórios portugueses e a cidadania de todos os seus habitantes) se referiu a “províncias ultramarinas”. No século seguinte, ambas as expressões são empregues oficialmente, embora a maior parte dos escritores pareça preferir “colónias”. No entanto, “províncias ultramarinas” apareceu novamente na Constituição Republicana de 1911, mas o uso variou tão frequentemente quanto os regimes durante a República. O fim da primeira República, em 1926, favoreceu o termo “colónias”, até 1951, altura em que, sob intensa crítica internacional, o Dr António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho da República Portuguesa, insistiu em voltar à designação “províncias ultramarinas”, já que o mesmo, tinha em conta a indivisibilidade de todos os territórios portugueses, conforme o princípio estabelecido pela primeira Constituição, em 1822. Posteriormente o Professor Doutor Marcelo Caetano, adoptou para Angola e Moçambique, a designação de “Estado”. Depois do

³⁸ BENDER, Gerald (1976), *Angola sob o Domínio Português*, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 6-7.

³⁹ De considerar que a independência do Brasil, se deu precisamente a 7 de Setembro de 1822.

25 de Abril de 1974, “colónias” reapareceu em todas as referências oficiais e não oficiais, sobretudo em relação a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Com a independência, a 11 de Novembro de 1975, os conceitos de Estado e de Nação, acabaram por substituir todas as anteriores designações. A República Popular de Angola nasceu com a Constituição de 10 de Novembro de 1975, que foi posteriormente revista em 1976, 1977, 1978, em Setembro de 1980 e em Março de 1991, quando este país passou a designar-se República de Angola. O poder político caracteriza-se, hoje, como sendo uma democracia presidencial, onde o Eng. José Eduardo dos Santos é, desde 20 de Setembro de 1979, o Chefe de Estado, que sucedeu ao Dr. Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República Popular de Angola. O Eng. José Eduardo dos Santos foi confirmado nas eleições de 29 de Setembro de 1992, mas os resultados do escrutínio foram contestados pelo Dr. Jonas Savimbi, líder da UNITA⁴⁰.

Quanto ao poder legislativo angolano, a Assembleia Nacional conta com 223 membros eleitos por voto directo, para mandatos de 4 anos. Dada a situação de guerra civil, o Parlamento acabou por, inicialmente, votar uma primeira prorrogação, até ao ano 2000⁴¹.

Os partidos políticos mais representativos são o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, que se encontra no poder; a União Nacional para a Independência dos Territórios de Angola – UNITA – que apresenta uma oposição armada ao Governo na sequência das eleições de Setembro de 1992, apesar das primeiras eleições realizadas em Angola terem sido reconhecidas pela Comunidade Internacional como livres e justas; a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA; a Frente para a Democracia – FPD; o Partido Reformador Social – PRS; o Partido Liberal Democrático – PLD; o Partido

⁴⁰ VVAA (2000), *Guia do Mundo/2000*; Trinova Editora, p. 18.

⁴¹ *Idem*.

Democrático Angola – PDA; e o Partido Social Democrático Angolano – PSDA. É de se considerar ainda a existência de um movimento independentista denominado, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – FLEC – que apresenta várias tendências, desenvolve acções armadas na região e exige a independência do Enclave.

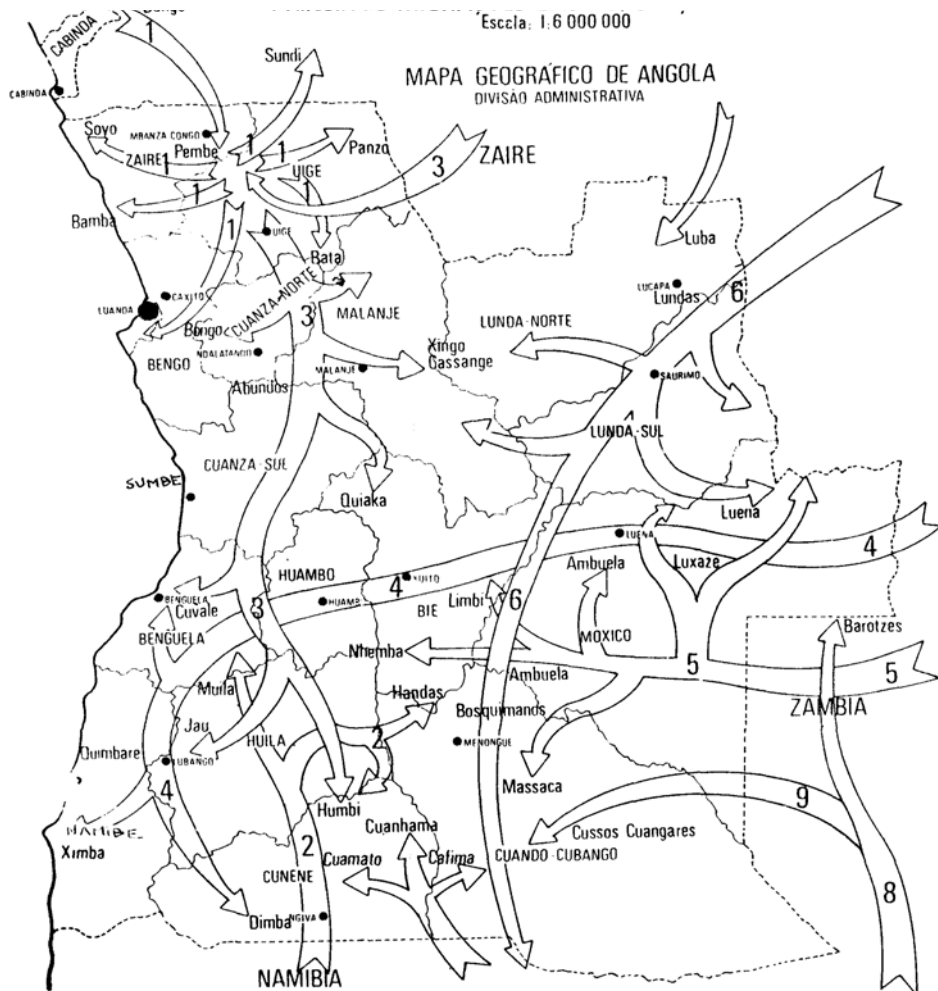
Após a realização de eleições multipartidárias em 1992, que determinaram o fim do monopartidarismo existente deste a independência de Angola em 1975, em 1996 existiam quatro jornais com uma tiragem média de 12 exemplares por mil habitantes; 54 receptores de rádio, 6,6 televisores e 4,7 telefones por mil habitantes. Em 1997, por cada 10.000 habitantes existiam 0,02 utilizadores de Internet⁴².

No que concerne ao Balanço Energético, a produção total de energia comercial, em 1996, foi de 40,5 milhões de toneladas. O consumo total foi de 6 milhões de toneladas, correspondendo a 14,9 % da produção. O consumo *per capita* foi de 531,7 quilos de EP e, a importação líquida de energia, correspondeu a -572,9% do consumo total. O PIB por unidade de energia consumida foi de 0,9 dólares⁴³. No âmbito da Economia e Finanças, em 1997, o PNB *per capita* correspondia a 260 dólares, sendo o PNB *per capita* (PPC), de 820 dólares internacionais. A taxa de rendimento e crescimento médio anual do PNB *per capita*: -10% (1990-1997); o PIB correspondeu a 7.662 milhões de dólares, com uma taxa de crescimento médio anual de -1,2% em 1990-1997. Estrutura de produção: agricultura 9,3%; indústria 62%; e serviços 28,7%. Estrutura de procura: consumo público 43%; consumo privado 29,7%; investimento bruto 24,7%; poupança bruta 27,3%; exportações 67,8%. População activa: 5,363 mil habitantes, correspondendo a uma taxa activa de 46% (1997). Distribuição do emprego: agricultura 75%; indústria 8% e serviços 17%.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

Fig. 1.8 – Principais Migrações das Populações Angolanas e Séculos de Ocorrência



⁴⁴ MARTINS, João V, *op. cit.*, p. 41.

Quanto ao Orçamento do Estado, as receitas públicas representavam em 1995, 31% do PIB e as despesas públicas 59,8%. Em 1997, a despesa pública em saúde era de 3,9% do PIB, enquanto a despesa militar, em 1996, era de 3% do PNB. A taxa média anual de inflação, em 1997, foi de 97,5%. A actual moeda é o *Kwanza* reajustado e, em Janeiro de 1999, um dólar americano, correspondia a 696.500,00 *kwanzas* reajustados⁴⁵.

No que toca às Relações Económicas Internacionais podemos, com a mesma fonte, avançar os seguintes dados: Grau de abertura da economia: 133,1% em 1997; Importações: 5.003,1 milhões de dólares (1997). Quanto ao crescimento anual das importações: -5,1% (1990-1997). Os principais produtos importados em 1980 foram os seguintes: produtos alimentares (23,5%); produtos químicos (11,9%); máquinas e material de transporte (37,6%); outros produtos manufacturados (24%). Origem das importações em 1970: União Europeia (72,5%); Estados Unidos da América e Canadá (11,1%); Japão (4,3%); países em Desenvolvimento (5,8%). Exportações: 5.195,9 milhões de dólares em 1997. Crescimento anual das exportações: -2,0% (1990-1997). Principais produtos exportados em 1992: combustíveis (94,7%); minerais e metais (5%). Destino das exportações em 1993: União Europeia (37,7%); Estados Unidos da América e Canadá (53,6%); Países em desenvolvimento (5,3%). Termos de troca (1997): 65 (1980 = 100). Entrada líquida de capitais: -24,4 milhões de dólares (1997). Investimento directo estrangeiro líquido: 350,0 milhões de dólares, correspondendo a 18,5% do investimento bruto e a 4,57% do PIB (1997), proveniente dos países do CAD (52,1%) e de Instituições Multilaterais (47,9%). A ajuda corresponde a

⁴⁵ *Ibidem*.

23,0% do investimento interno bruto e a 9,9% do PIB e equivale a 37,4 dólares por habitante. Dívida externa total: 10.159,8 milhões de dólares (1997). O serviço da dívida é de 841,4 milhões de dólares (1997) e corresponde a 15,9% das exportações de bens e serviços e a 19,2% do PNB.

Do ponto de vista educacional, as mesmas fontes apresentam-nos os seguintes dados: taxa de analfabetismo 55,2% (1997). Primeiro nível de ensino: taxa de escolaridade bruta de 88% (1993); 32 alunos por professor (1993); 34% das crianças atingem o 5.º ano de escolaridade (1997). Taxa de escolaridade bruta no ensino secundário: 14% (1993); taxa de escolaridade no ensino superior: 0,6% (1997).

3. A população angolana

A diversidade cultural e étnica do povo angolano é grande, sendo na sua quase totalidade de origem *bantu*. A designação bantu é atribuída à quase maioria da população fixada ao sul do Equador e usada em relação a todos os povos cujas línguas utilizam a raiz *ntu* para designar homem e cujo plural é exactamente a palavra *bantu*⁴⁶. Os *bantu* eram sobretudo pastores e/ou agricultores. Segundo dados do PAM – Programa de Alimentação Mundial, afecto à Organização das Nações Unidas – ONU, calcula-se que a população angolana corresponda hoje a um total de 12.178.000 habitantes, distribuídos pelas 18 províncias administrativas do país, conforme o próximo quadro. Uma parte dos habitantes de Angola tiveram ou têm origem na miscigenação, que desde cedo começou a existir. Primeiro entre os diversos grupos que migraram para o território da actual Angola e, posteriormente, por população europeia, sobretudo portuguesa, durante o período da colonização.

⁴⁶ SANTOS, Nayole (1997), *Angola e o seu Potencial/Economia*, Luanda, Ministério da Cultura, p. 40.

Em 1993, esta fonte das Nações Unidas informa-nos, que a população angolana era estimada em quase 11 milhões de habitantes⁴⁷, o que conferia uma densidade demográfica pouco inferior a 9 hab/Km², dos quais 37% viviam nas zonas urbanas e os restantes 63% nas zonas rurais.

Quadro 1.1 – Distribuição da População Angolana por Províncias

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO	%
BENGO	220.000	1,8
BENGUELA	1.400.000	11,4
BIÉ	950.000	7,8
CABINDA	164.000	1,3
CUANDO CUBANGO	333.000	2,7
CUNENE	362.000	2,9
HUAMBO	1.400.000	11,4
HUÍLA	1.100.000	9
KWANZA NORTE	350.000	2,8
LUANDA	2.450.000	20,1
LUNDA NORTE	302.000	2,4
LUNDA SUL	162.000	1,3
MALANGE	740.000	6
MOXICO	324.000	2,6
NAMIBE	116.000	0,9
UÍGE	855.000	7
ZAIRE	250.000	2

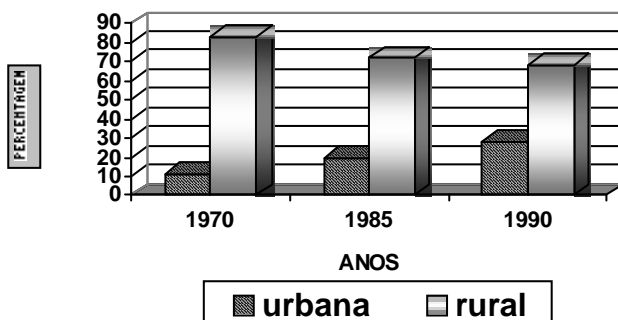
Fonte: PAM, *In* Revista Angola Informação.⁴⁸

⁴⁷ Se tivermos em linha de conta a movimentação forçada das populações, por motivos ligados à instabilidade político-militar há quase quatro décadas, é de se entender alguma disparidade entre os dados fornecidos pelas organizações internacionais, ou pelas próprias autoridades angolanas.

⁴⁸ ANGOLA INFORMAÇÃO, Especial Economia (Maio de 1997), Lisboa, Publicação n.º 4 da Embaixada de Angola em Portugal, p. 35.

Já o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999, do PNUD, informa-nos que, entre 174 países, enumerados de acordo com o seu Índice do Desenvolvimento Humano – IDH – Angola ocupa o 160.º lugar⁴⁹. De acordo com este relatório, considerando que a taxa de crescimento anual esteja actualmente na ordem dos 2,9%, calcula-se que este país venha a ter em 2015 o correspondente a 19,7 milhões de habitantes com uma população urbana na ordem dos 44,1%.

Fig. 1.9 – Distribuição percentual da população urbana e rural



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Considerando agora a estrutura etária da população angolana, pode-se observar que a população é na sua maioria jovem. Em 1997, havia 47,5% da população, que tinha menos de 15

⁴⁹ Por ordem ascendente, Angola encontra-se respectivamente abaixo de países como o Malawi, o Uganda, o Djibouti, a Tanzânia, o Benin, a Costa do Mar-fim, o Senegal, o Haiti e a Zâmbia; e respectivamente acima de países como a Guiné, Chade, Gâmbia, Ruanda, República Centro Africana, Mali, Eritreia, Guiné-Bissau e Moçambique. In VVAA (1999), *Relatório do Desenvolvimento Humano Tendências Demográficas*, PNUD, Trinova Editora, p. 200.

anos e, apenas 2,9%, apresentavam idades superiores a 65 anos. Isto constitui um potencial de mão-de-obra para o país, mas eleva também bastante, a carga de dependência da população economicamente activa. A taxa de crescimento da população é relativamente alta e corresponde a 3,3% (1990-1997) e, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 do PNUD, em 2015 esta taxa deverá fixar-se em 2,9%. A taxa de fertilidade total é de 6,8% (1997) enquanto que a taxa de utilização de contraceptivos entre 1990 e 1998 foi de 8%. A população feminina corresponde a 50,6% (1997) e a população urbana foi estimada em 32,3% (1997)⁵⁰.

Os índices de mortalidade infantil são ainda muito altos e a esperança de vida continua muito baixa. Todas estas considerações caracterizam Angola como um país subdesenvolvido do ponto de vista económico e social, com uma população jovem afectada por inúmeras carências sociais. A esperança média de vida (42,9 anos nos homens e 46,1 anos nas mulheres), é um dos indicadores mais marcantes dos países africanos em vias de desenvolvimento.

Quadro 1.2 – Estrutura Etária da População (1987-1990)

Características popul. por idade	1987	1988	1889	1990
0 – 14 anos	4.132	4.243	4.357	451
15 – 19 anos	900	925	951	982
20 – 29 anos	146	1.499	1.539	1.583
30 – e + anos	2.741	2.816	2.892	2.945
Total	7.919	9.483	9.739	5.961

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

⁵⁰ VVAA (1999), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Tendências Demográficas, PNUD, Trinova Editora, p. 200 e VVAA (2000), *Guia do Mundo/2000*, Trinova Editora, p.18.

Quadro 1.3 – Grupos e Subgrupos Etnolinguísticos de Angola (Formas de escrita)

POVOS BANTOS

Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa	Corrente em Português	Correcta em Português	Correcta em língua nativa
Grupo Conguês (Língua = kicongo) (Bakongo-Kikongo)			Grupo Ganguela (Língua = tchinganguela) (Ngangela-Tchingangela)		
1 - Maiombes	Iombes	Bayombe	52 - Luimbés	Luimbés	Maluimbi (Valuimbi)
2 - Bávilis	Vilis	Bavili	53 - Gongueiros	Gongueiros	Vangongelo
3 - Bassundis	Sundis	Basundi	54 - Nhembas	Nhembas	Vanyemba
4 - Baluângos	Luângos	Balwango	55 - Ganguelas	Nganguelas	Vangangela
5 - Balínges	Línges	Balinji	56 - Ambuelas	Mbuelas	Vambwela
6 - Bacongós	Congós	Bakongo	57 - Luenas	Luenas	Malwena (Tulwena ou Baluvale)
7 - Bauoios	Uoios	Bawoyo	58 - Luchazes	Luchazes	Balutchazi
8 - Bassolongos	Solongos	Basolongo	59 - Bundas	Bundas	Bahunda
9 - Baxicongos	Congos	Bachikongo	60 - Bacangalas	Cangalas	Vakangala
10 - Bazombos	Zombos	Bazombo	61 - Camaches	Maches	Vamachi (Akwakwando)
11 - Bacanos	Canos	Bakano	62 - Vaiauma	Iaumas	Vayauma
12 - Bassossos	Sossos	Basoso	63 - Valuios	Luios	Vahuyo
13 - Maiacas	Iacas	Bayaka			
14 - Mussucos	Sucos	Basuku			
Grupo Ambundo (Língua = quimbundo) (Ambundu-Kimbundu)			Grupo Herero (Língua = tchihelelo) (Helelo-Tchihelelo)		
15 - Dembos	Dembos	Jimdembo	64 - Dimbas	Ndimbas	Ovandimba
16 - Maungos	Hungos	Bahungu	65 - Chimbás	Himbás	Ovahimba
17 - Calandulas	Landulas	Balandula	66 - Chavículas	Chavículas	Ovatichyavikwa
18 - Negolas	Ngolas	Angola	67 - Cuanhocas	Cuanhocas	Ovakwanyoka
19 - Gingas	Gingas	Ajinga	68 - Mucubais	Cuvalas	Ovakuvale
20 - Holos	Holos	Aholo	69 - Guendelengos	Guendelengos	Ovanguendelengo
21 - Bondos	Bondos	Mbondo			
22 - Bângalas	Mbangálas	Imbangala	Grupo Nhaneca-Humbe (Língua = olunianeca) (Nyanyeka-Ohunyaneka)		
23 - Quissamas	Quissamas	Kisama	70 - Mumuilas	Muilas	Ovamwila
24 - Libolos	Lubolo	Lubolo	71 - Gambos	Ngambos	Ovangambwe
25 - Hacos	-----	-----	72 - Humbes	Humbes	Ovankhumbi
26 - Songos	Songos	Asongo (Masongo)	73 - Dongoenas	Ndongoenas	Ovandongwena
27 - Quibalas	Quibalas	Ibala	74 - Hingas	Hingas	Ovahinga
28 - Mussendes	Sendes	-----	75 - Cuâncuas	Cuâncuas	Onkhwankhwa
Grupo Lunda-Quioço (Línguas = lunda e quioça) (Lunda-Tchokwe)			76 - Handas da Mupa	Handas da Mupa	Ovahanda
29 - Lundas	Lundas	Tulunda	77 - Handas do Quipungo	Handas do Quipungo	Ovahanda
30 - Quiocos	Quiocos	Tutchokwe	78 - Quipungos	Quipungos	Ovatchipungu
34 - Cacongós	Congos	Tukongo	79 - Quilengues-Humbes	Quilengues-Humbes	Ovatichilenge-Humbi
35 - Camatapas	Matapas	Tumatapa	80 - Quilengues-Musós	Quilengues-Musós	Ovatichilenge-Muso
36 - Xinjes	Xinjes	Maxinji (Tuxinji)			
37 - Minungos	Minungos	Tuminungu	Grupo Ambó (Língua = tchicuanhama) (Ambo-Tchikwanyama)		
Grupo Luba (Língua = tchiluba) (Baluba-Tchiluba)			81 - Evals	Vals	Ovavale
31 - Bena Mais	Mais	Bena Mai	82 - Cafimas	Cafimas	Ovakafima
32 - Bena Lulus	Lulus	Bena Luhua	83 - Cuanhamas	Cuanhamas	Ovankwanyama
33 - Balubas	Lubas	Baluba	84 - Cuamatos	Cuamatos	Ovakwamatwi
Grupo Ovimbundo (Língua = umbundo) (Ovimbundu-Umbundu)			85 - Dombondolas	Dombondolas	Ovadombondola
38 - Amboins	Mboins	Vambui	Grupo Xindonga		
39 - Pindas (Mupindas)	Pindas	Vapinda	86 - Cuangares	Cuangares	Vakwangali
40 - Seles	Seles	Vasele	87 - Candundos	Ndundos	Vandundo
41 - Sanjis	Sanjis	Ovisanji	88 - Cussos	Cussos	Vakuso (Mambukuso)
42 - Bailundos	Bailundos	Vambalundu	89 - Vanhengos	Nhengos	Vanyengo
43 - Dombes	Dombes	Vandombe	90 - Diricos	Diricos	Ovadiliku (Vadiliku)
44 - Quiacas	Quiacas	Vatchyaka			
45 - Huambos	Huambos	Vauambo	POVOS NÃO BANTOS		
46 - Bienes	Vienos	Vavyie	91 - Cuisses	Cuissis	Ovakwisi
47 - Hanhas	Hanhas	Vaanya	92 - Cuepes	Cuepes	Ovakwepe
48 - Cacondas	Cacondas	Vakakonda	93 - Cungues (Bochimanes)	Cungues	!Kung
49 - Galangues	Galangues	Vangalangui			
50 - Sambos	Sambos	Vasambo			
51 - Gandas	Gandas	Vanganda			

Fonte: João Vicente Martins, in *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola*.⁵³

⁵³ MARTINS, João V. (1993), *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe, do Nordeste de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 32.

As principais causas de doença e morte são: a malária, o HIV-SIDA, as doenças diarreicas agudas, o sarampo, a tuberculose e o tétano. O facto da população apresentar um índice muito elevado de analfabetismo (80,4%) e possuir um nível educacional muito baixo, reflecte-se imediatamente na estrutura profissional, da qual, o aspecto mais relevante, é o défice de mão-de-obra qualificada. Estima-se que o coeficiente de dependência calculado em 1997, como sendo de 102,3%, venha a baixar para 88%, em 2015. Por outro lado, a população angolana é ainda caracterizada por diferentes grupos etnolinguísticos, que se dividem em quase uma centena de sub-grupos, conforme o quadro 2.3 e a fig. 2.10, que apresentamos mais à frente. Para além das crenças tradicionais africanas professadas por cerca de 29,9% da população, os restantes 70,1% são católicos ou protestantes. E, dentre os grupos etnolinguísticos mais importantes⁵¹, com estatísticas recolhidas em 1960 (antes do eclodir da guerra colonial), destacamos os seguintes⁵²:

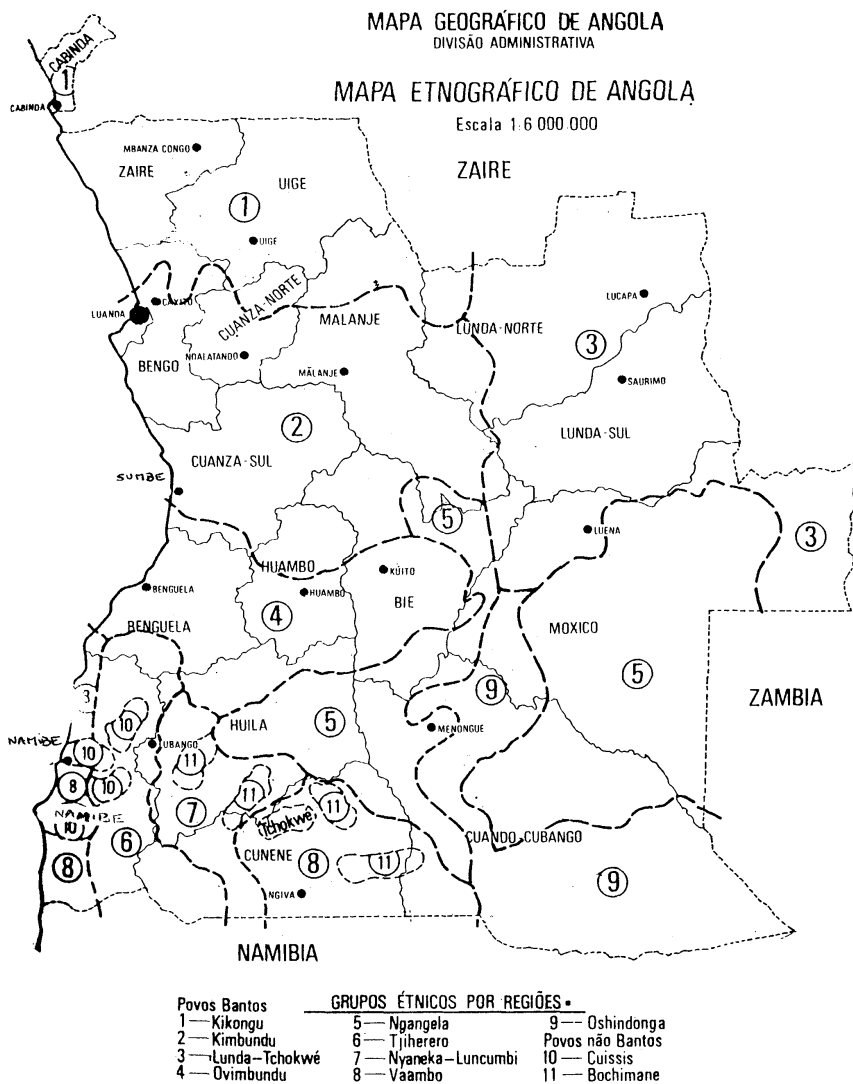
3.1 O Grupo Bakongo

De língua materna kikongo, os 500.000 kikongo, em Angola, representavam em 1960 apenas 25% da população total deste grupo etnolinguístico. A maioria residia na bacia do rio Zaire e nos territórios vizinhos do Congo-Kinshasa e Congo-Brasaville. No entanto, a sua capital cultural é, em Angola, na cidade de Mbanza Kongo, antiga capital do Reino do Kongo, que se destacou, pelo seu papel político predominante durante os séculos XV e XVI.

⁵¹ PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 21-23.

⁵² NEVES, Fernando, (1974), *Negritude e Revolução em Angola*, Paris, Edições “ETC”, pp. 24-29.

Fig. 1.10 – Mapa Geográfico e Etnográfico de Angola



Fonte: João Vicente Martins in Crenças, Advinhação e Medicina Tradicionais dos Tuchokwe, do Nordeste de Angola.⁵⁴

⁵⁴ MARTINS, João V, *op. cit.*, p. 37.

Os Bakongo ocupam o noroeste de Angola até à fronteira com os Ambundo, o que corresponde às actuais províncias administrativas do Zaire, Uige e uma parte do Kwanza Norte. Essencialmente agricultores, pescadores (Solongos) e ainda um subgrupo de vocação comercial (Zombos), os Kikongo foram os primeiros a terem contacto com os portugueses, quando o navegador Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire, em 1485 (?)⁵⁵.

3.2 O Grupo Ambundo

De língua materna kimbundo, foi a etnia que teve contactos mais intensos, com o mundo europeu.

Foi também no século XVII, a primeira nação africana a ser sujeita a uma nação europeia. Talvez por esse facto, tenham também sido os mais aculturados de todos os outros grupos etnolinguísticos angolanos.

Calcula-se que os Ambundo sejam demograficamente o segundo maior grupo de Angola e andariam em 1960, à volta de um milhão de habitantes. No seu território se implantou Luanda⁵⁶, a capital da ex-colónia portuguesa, hoje, capital da República de Angola.

⁵⁵ “Está ainda por se esclarecer o ano em que Diogo Cão descobriu o Zaire. As dúvidas andam em torno da data (1482) inscrita no Padrão de Santo Agostinho, erguido no cabo de Santa Maria, e dos anos de que nos falam João de Barros (1484), Duarte Pacheco Pereira (1484), Rui de Pina (1485), Garcia de Resende (1485), D. Francisco de S. Luís (1485)...”, In, SANTOS, Eduardo, *op. cit.*, p. 31.

⁵⁶ “Luanda, era o nome do baculamento ou tributo pago “voluntariamente” pelos sobas à Coroa Portuguesa, como forma de reconhecimento de vassalagem aos senhores do Ndongo; Luanda significava também região plana, o que parece não fazer muito sentido se atendermos ao espaço ocupado actualmente pela cidade. Porém, Luanda, a Luanda dos fins do século XVI, pouco se estendia para além da Praia e da Praia Grande, bairros que confrontavam com a ilha de Luanda, que provavelmente lhe deu o nome. Luanda significa também rede, de tipóia, de pesca; Luanda também designada Cidade de Angola, Porto de Angola, Vila de Olanda ou por Cidade. A região de Luanda foi chamada de São Paulo de Luanda, em 1576 e São

3.3 O Grupo Ovimbundo

É o grupo etnolinguístico mais homogêneo e mais numeroso. Calcula-se que o seu número correspondesse a 1.500.000 pessoas.

Os Ovimbundo, de língua materna umbundo, nunca tiveram uma estrutura política central, como os Kikongo e os Ambundo.

No final do século XIX e antes da ocupação efectiva portuguesa, estavam divididos numa dúzia de sobados, sendo o maior deles o Bailundo. Mas, por outro lado, nunca estiveram profundamente divididos, nem linguística nem politicamente.

Paulo da Assumpção de Luanda, em 1649. Durante o século XVII, a povoação ainda não se tinha estendido à Praia do Bispo, às Ingombotas ou ao Bungo. Já se definia a rua Direita e a Maianga ou a Lagoa dos Elefantes (um lugar remoto para os moradores aonde existiam as Kasimba, depósitos naturais de água potável aonde se abasteciam os habitantes). Uma fonte do século XVII refere-se à igreja da Nazaré, como um lugar “desviado da cidade”, o que nos pode sugerir uma ideia diferente da que actualmente temos. É a localização da povoação a sua característica mais peculiar e a que, durante séculos, contribuiu para a definição do seu carácter e das suas gentes. Local costeiro, já assinalado nas cartas geográficas da época, foi considerado um dos melhores portos naturais do mundo, o que em parte pode explicar a razão pela qual Luanda se tornou porventura, em alguns períodos da História, o principal porto exportador de escravos do mundo. Era o sertão que a alimentava de escravos, forjando-se gradualmente uma sociedade poderosa, cosmopolita, multirracial e rica, mas também decadente, viciada e dependente. Os moradores de Luanda alimentavam-se com os produtos vindos das fazendas do Bengo e dos arimos (propriedades agrícolas) do Museke (região do Ndongo que exportava anualmente para Luanda no século XVII, cerca de 40.000 sacos de fuba). A Luanda chegavam e partiam as mais diversas mercadorias como os panos de rafia, o marfim, a algália e, sobretudo, os escravos de todas as idades, sexo, condição e etnia que rumavam para São Tomé, Índias de Castela e todos os portos das Caraíbas e americanos, e também para a Europa. Luanda era a metrópole do comércio mercantil do tráfico de escravos. Os escravocratas, negros e mestiços, na sua maioria, mas também brancos e judeus, homens e mulheres, clérigos e militares, enviavam os seus pumbeiros (de *Pombe*, o mesmo que Sertão e etimologicamente do kimbundo *Mpumbu*) – comerciantes do sertão, na maioria negros e mestiços, mas também brancos – para trocarem panaria (uma certa qualidade de pano) e outras mercadorias por escravos. Estes moradores foram aos poucos impondo um poderio militar próprio e em muitos aspectos autónomo que, em diversos momentos, dominou áreas extensas dentro do território do Ndongo e também do Kongo e da região de Benguela”. In, PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 95, 156, 157 e 165.

Fig. 1.11 – Mulher do Grupo etnolinguístico Ovimbundo



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá, (s/d) Coleção de postais, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

Os Ovimbundo eram os comerciantes não só de Angola mas também da África Central. É também o grupo que na época colonial mais se integrou na vida económica e social de Angola: de ferroviários por todo o percurso do Caminho de Ferro de Benguela – do Lobito ao Luau – ou ainda no Caminho de Ferro de Moçâmedes; na apanha de café no norte, nas minas de Cassinga, ou na pesca em Benguela; no corte de cana na Catumbela ou como estivadores no porto de Luanda e do Lobito..., os Ovimbundo constituíram-se numa etnia chave para o desenvolvimento de Angola, independentemente da sua preponderância numérica.

3.4 O Grupo Lunda-Quioco

São o grupo predominante do nordeste de Angola, tendo-se estabelecido nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico no fim do século XIX. Estendem-se no entanto para dentro da província da Huíla e para fora das fronteiras de Angola.

Fig. 1.12 – Rapaz do Grupo etnolinguístico Lunda-Quioco



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá (s/d), *Colecção de postais*, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

Diferem na sua diáspora dos Ovimbundo. Enquanto estes seguem as linhas de comunicação, os Lunda-Quioco procuram terrenos melhores a uma distância pequena da aldeia antiga.

Em 1960, com uma população total calculada na ordem dos 360.000 e espalhando-se através de milhares de quilómetros quadrados, não têm por isso nenhuma população densa.

Por tradição são caçadores, embora hoje vivam da agricultura. São também artistas a trabalhar em metal ou madeira. O cokwe é a sua principal língua materna.

3.5 O Grupo Ganguela

O grupo Ganguela é o mais heterogéneo de Angola. Está dividido em dois hemisférios, devido à penetração dos Lunda-Quioco através da Angola Central.

Fig. 1.13 – Mulher do Grupo etnolinguístico Ganguela



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá (s/d), *Colecção de postais*, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

A população deste grupo correspondia a 300.000 e fixaram-se nas províncias do Moxico, Huíla e Kuando Kubango. O nome de Danda Candundo, aponta uma característica de alguns dos povos do Grupo Ganguela. Ela foi uma rainha dum povo tributário dos Luenas. Na literatura antiga sobre os Ganguela, a organização social foi chamada ginococracia⁵⁷. Dispersos pelas intermináveis planícies orientais, nunca tiveram relações intensas com os portugueses e foram durante muito tempo perseguidos pelos Ovimbundo, Lunda-Quioco e Ovambo. O Tchinganguela é a língua materna deste grupo.

3.6 O Grupo Nhaneka-Humbe

Agricultores confinados à província da Huila é o grupo etnolinguístico mais conservador de Angola.

Embora ligado aos Ovimbundo, a etnia mais adaptável, o grupo Nhaneka-Humbe é fechado e pouco flexível.

⁵⁷ Estado que é ou pode ser governado por uma mulher, como a Inglaterra, a Holanda, etc. In SÉGUIER, Jaime (1997), *Dicionário Prático Ilustrado*, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 568.

Criadores de gado e agricultores, o seu número não seria superior a 200.000, em 1960. O Olunianeca constitui a língua materna deste grupo.

Fig. 1.14 – Mulher Mumuila do Grupo etnolinguístico Nhanheca-Humbe



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá (s/d), *Colecção de postais*, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

3.7 O Grupo Ovambo

Tal como os Bakongo, só uma parte minoritária (63.000), correspondente a 20% dos Ovambo residia em Angola. Mas a sua capital cultural é N'Giva, hoje capital administrativa da província do Cunene. Os restantes 230.000 viviam na Namíbia. A cul-tura dos Ovambo assenta numa economia pastoril. De língua materna Cuanhama, mantiveram até 1916 uma feroz resistência à ocupação portuguesa, enquanto comandados pelo rei Mandume.

3.8 O Grupo Herero

Pastores nómadas, situados no sudoeste do país, sobretudo na província do Namibe, só episodicamente intervêm na história de Angola. A sua língua materna é o Tchielelo.

Fig. 1.15 – Mulher Mucubal do Grupo etnolinguístico Herero



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá (s/d), *Colecção de postais*, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

3.9 O Grupo Okavango

Agricultores e pescadores do sudeste que, tal como os Herero, só circunstancialmente interferem na história angolana.

3.10 O Grupo Khoisan

Grupo etnolinguístico não Bantu. Subsistem no Sul de Angola alguns núcleos residuais de Khoisan (especialmente Boxímanes) que, de um modo geral, escapam à história contemporânea, com excepção dos Nama (Hotentotes).

Fig. 1.16 – Homem do Grupo etnolinguístico Khoisan



Fonte: MESQUITA, Horácio Dá (s/d), *Colecção de postais*, Lisboa, Embaixada da República de Angola.

3.11 O “Grupo” de maior contacto com a cultura portuguesa

Os grupos etnolinguísticos anteriormente mencionados, com excepção dos Herero e os não Bantu, representavam, pelo censo de 1960, 95% da população de Angola. Os assimilados (172.000 brancos, 53.000 mestiços e 30.000 negros assimilados), a serem considerados um “grupo”, somariam 256.000 e, por conseguinte, fixar-se-iam em sexto lugar. Os 30.000 negros assimilados daquela época, correspondiam, na altura, a menos de 1% da população total.

Quadro 1.4 – Mapa Comparativo Entre as Populações Negra e Branca

	PERÍODO PRÉ-COLONIAL	PERÍODO COLONIAL						
		ESCRAVATURA			TRABALHOS FORÇADOS			
ANO	1450	1550	1700	1850	1900	1930	1950	1960
NEGROS	18 000 000	8 000 000			2 000 000	3 300 000	3 319 300	4 642 000
BRANCOS	—		800	1850	9000	30 000	78 000	250 000

Os valores calculados para a época pré-colonial e o período da Escravatura são, necessariamente, discutíveis.⁵⁸

Com a independência de Angola e consequente saída massiva do território de portugueses de origem europeia, o número de pessoas pertencentes a este “grupo” reduziu-se substancialmente. No entanto, dadas as suas características, nomeadamente a sua maior preparação em matéria de escolarização e domínio da Língua Portuguesa, (língua oficial e língua de escolaridade), este “grupo” acabou por, necessariamente, ganhar um maior protagonismo na vida política, social, económica e religiosa, em relação aos restantes grupos etnolinguísticos. O mesmo está sobretudo ligado às zonas urbanas e,

⁵⁸ Nota do autor In, BOAVIDA, Américo (1967), *Cinco séculos de Exploração Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Edições 70.

de um modo geral, mais afastado das áreas de maior contacto com a cultura tradicional.

Quadro 1.5 – Evolução da percentagem entre Negros e Brancos

Ano	Percentagem		Ano	Percentagem	
	Brancos	Negros		Brancos	Negros
1900	1	300	1940	1	83
1910	1	241	1950	1	51
1920	1	149	1955	1	38
1930	1	110	1960	1	22

Fonte: *Anuário Estatístico do Ultramar*, Ed. Agência Geral do Ultramar – Lisboa, 1961.

Muitos elementos deste “grupo”, que se espalham por todo o país, falam e compreendem a língua materna e a língua oficial. Mas, na maior parte das vezes, nem uma nem outra lhes serve inteiramente como meio de comunicação, “apesar das complicações de carácter psicossocial que esta problemática acarreta”⁵⁹.

4. Caracterização da Educação e Ensino em Angola nos primeiros dois anos após a independência, a nível dos quatro primeiros anos de escolaridade

A falta de uma lei de bases do sistema educativo angolano, no pós-independência, leva-nos a incluir, neste trabalho, alguns aspectos da Lei Constitucional da República de Angola⁶⁰, no que toca aos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, dos quais passamos a citar os dois artigos que consideramos mais

⁵⁹ NEVES, Fernando, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁰ MIGUÉIS Jorge; BRITO, Maria Manuela – coord.; (1994), *Angola: Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar*, vol. I, Lisboa, Edições 70, pp. 20 e 23.

significativos, para os aspectos ligados ao processo de ensino/aprendizagem em Angola:

Art.º 18 – Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, ideologia, grau de instrução, condição económica ou social. A lei pune severamente todos os actos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminação e privilégios com base nesses factores.

No Art.º 31, podemos constatar o seguinte:

O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens e a criação de condições para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais da juventude, nomeadamente no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao primeiro emprego, no trabalho, na segurança social, na educação física, no desporto e no aproveitamento dos tempos livres.

Decorrente dos princípios constitucionais da 1.^a República, em 1975, foi instaurado o princípio da gratuidade do ensino logo após a independência de Angola, o que provocou uma explosão escolar, sobretudo na pré-escolar e na primeira classe. De notar que, em 1973, o número de alunos, em todo o ensino primário, era de 512.942, dos quais um terço eram portugueses.

Com a falta de infra-estruturas e de recursos humanos suficientes, em quantidade e qualidade, podemos desde logo afirmar, que os dois primeiros anos após a independência, no sector da educação, se caracterizaram pelo levantamento de graves problemas. Estavam matriculadas 1.026.291 crianças, nos quatro primeiros anos de escolaridade em Angola, assimetricamente distribuídos por 15 províncias⁶¹.

⁶¹ *A Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola e suas perspectivas* (1981), Ministério da Educação, Luanda, pp. 5-10.

Quadro 1.6 –Relação dos alunos do ensino primário por província em 1977

Ensino Primário	Alunos por Província em 1977
BENGUELA	100.026
BIÉ	24.800
CABINDA	15.718
CUANDO CUBANGO	4.112
CUANZA NORTE	64.955
CUANZA SUL	103.453
CUNENE	30.066
HUAMBO	115.066
HUÍLA	68.945
LUANDA	112.350
MALANGE	151.000
MOÇAMEDES	8.579
MOXICO	35.533
UÍGE	116.578
ZAIRE	13.673
TOTAL	1 026 291

Fonte: Ministério da Educação e Cultura/Gabinete do Plano.

Ora, para este milhão de alunos, havia cerca de 25.000 professores primários repartidos desigualmente pelo país. Cerca de 52% dos professores primários tinham apenas a 4^a classe como habilitações literárias, leccionando, sobretudo nas zonas rurais, as quatro primeiras classes do ensino primário, muitas vezes em simultâneo, numa mesma sala de aula. Isto explica necessariamente o baixo nível de ensino naquela altura. Só 7% dos docentes ligados ao ensino primário tinham habilitações consideradas mínimas para o exercício da profissão. Como poderemos analisar havia uma grande desproporção entre as diferentes províncias, que não deixa de reflectir os locais onde a colonização tinha maiores preocupações, na defesa dos seus interesses económicos. A estrutura da população escolar atrás referenciada, por classes, era a seguinte:

Quadro 1.7 – Distribuição dos alunos por classes em 1997

Pré-Primária.....	39,2%	cerca de 402.306 alunos
1ª classe.....	29,0%	cerca de 297.624 alunos
2ª classe.....	15,7%	cerca de 161.128 alunos
3ª classe.....	9,3%	cerca de 95.445 alunos
4ª classe.....	6,8%	cerca de 69.788 alunos

Fonte: Ministério da Educação e Cultura/Gabinete do Plano.

5. A Herança Colonial

Com pudemos verificar, durante a administração portuguesa, em Angola, o ensino estatal só se desenvolveu onde havia concentração de população colonial, isto é, nas principais cidades. Nas zonas rurais o ensino era quase exclusivamente administrado pelas missões católicas e protestantes, que o faziam com o objectivo de criarem uma classe de pequenos quadros africanos. Foi sobretudo nas missões, que a maior massa de angolanos acabou por se escolarizar.

À medida que a população colonial crescia e se espalhava pelo território, também o ensino cresceu, mas sempre mais ou menos reservado aos descendentes dessa colonização, embora não existisse qualquer impedimento legal para os angolanos o frequentarem. Os impedimentos reais eram a implantação geográfica das escolas, a exigência da assimilação para frequência e a discriminação de origem económica, pois era necessário ter um mínimo de posses para estudar, na medida em que o ensino não era gratuito. A um dado momento, a colonização alargou a rede de escolas primárias, pela necessidade de desenvolver a economia, com apoio de uma classe de pequenos burocratas angolanos, que ajudavam na administração e no comércio coloniais.

Com o início da luta armada em 1961, o regime colonial alargou a rede de escolas primárias, criou escolas secundárias

nas cidades e até mesmo uma universidade. É evidente que, além da necessidade de se apresentar um panorama favorável ao regime colonial para consumo externo, este desenvolvimento de ensino também correspondia aos interesses económicos da época: necessidade de mão-de-obra mais qualificada; necessidade de se criar uma pequena elite angolana afecta aos interesses coloniais; necessidade de se formarem quadros superiores no seio dos descendentes da colonização e da elite angolana.

Porém, a escola, em Angola, ao servir necessariamente interesses que visavam perpetuar a colonização, apresentava uma dimensão totalmente estrangeira para a grande maioria dos angolanos⁶². Era assim, que a escola, em Angola, pouco ou nada se preocupava em ensinar sobre a realidade angolana ou africana, mas sim, quase exclusivamente, sobre Portugal e a Europa. A título de exemplo, é de se afirmar que os manuais de leitura, o conteúdo da disciplina de História e de Geografia eram os mesmos utilizados na metrópole. Mesmo nas missões protestantes e posteriormente nas missões católicas, só o catecismo era ensinado em línguas africanas⁶³. Evidentemente que, aquilo que se ensinava respeitante a África, era apenas para criar no aluno o sentimento de que Portugal era uma grande potência civilizada e, por isso, qualquer revolta contra a colonização, estava desde logo condenada ao fracasso.

5.1 O ensino nas missões católicas e protestantes

O roteiro histórico do ensino missionário em Angola, segundo Martins dos Santos, caracterizou-se, sobretudo no período entre 1482 e 1845, e marca efectivamente a primeira

⁶² VVAA (1997), *Teses do MPLA-PT sobre a Educação*, DIP, Luanda.

⁶³ Vide em Anexos alguns exemplos de capas de manuais utilizados nas missões católicas e protestantes destinados exclusivamente ao ensino religioso, nas diferentes missões, que exerceram e que ainda exercem a sua acção evangélica em Angola.

fase da história do ensino em Angola, de acordo com a documentação recolhida pelos serviços de educação, em Angola, ainda no período colonial⁶⁴.

Entre 1482 e 1845, desenvolveu-se todo um processo de missionação católica, que, de certa maneira, se confunde com a própria história da colonização em Angola, assim como também com a própria história da educação. Isto porque os primeiros encontros de culturas entre portugueses e africanos, quer do reino do Kongo, quer posteriormente do reino do Ndongo, dada a visão eurocêntrica da época e a militância cristã de levar o evangelho às terras mais longínquas, eram sobretudo marcadas pela cerimónia do baptismo e pela catequização, procurando-se, a partir desta prática, modificar os hábitos culturais dos povos que iam encontrando.

Depois do rei do Kongo ter enviado, através de Diogo Cão, logo após o primeiro contacto, alguns moços congoleses para serem baptizados e instruídos na fé católica em Portugal, os primeiros missionários terão embarcado para aquele reino no dia 19 de Dezembro de 1490, numa expedição comandada por Gonçalo de Sousa, que morreu durante a viagem. Esta expedição chegou ao rio Zaire no dia 29 de Março de 1491, sob o comando de Rui de Sousa, sobrinho de Gonçalo de Sousa e foi posteriormente recebida pelo governador do condado do Soyo⁶⁵, tio do rei do Kongo, sendo este o primeiro a converter-se e a receber o baptismo com o nome de D. Manuel, no dia 3 de Abril de 1491.

O sacerdote deixado por Diogo Cão ter-lhe-ia ministrado as primeiras noções da doutrina evangélica, com a ajuda de intérpretes negros trazidos anos antes da Guiné para Lisboa e depois levados por Diogo Cão na sua segunda viagem ao reino do Kongo.

⁶⁴ SANTOS, Martins (1970), *História do ensino em Angola*, Angola, Edição dos Serviços de Educação.

⁶⁵ O mesmo que Soyo, Sonho e Nsoyo. In PARREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 180.

Mais tarde, em Ambasse⁶⁶, o soberano do Kongo, Njinga-a-Nku, 5.º rei, filho de Enku-a-Mutinu, seu antecessor no trono, foi também baptizado em 3 de Maio de 1491 com o nome de João (D. João I do Kongo), dia em que também foi benzida a primeira pedra para a construção da igreja em Ambasse, dedicada a Santa Cruz.

Com a morte de Njinga-a-Nku, em 1506, subiu ao trono seu filho mais velho Mvemba-a-Nzinga (1509-1540) que, tendo-se também convertido ao cristianismo, veio a adoptar o nome de Afonso (D. Afonso I do Kongo). Através dele, missionários e artífices afluem de Portugal ao Kongo. Levantam-se igrejas, constroem-se habitações, modificam-se costumes, queimam-se fetiches, desenvolve-se o comércio e cultivam-se novos produtos. De facto, no século XVI, dá-se o apogeu do reino do Kongo, cujo declínio se inicia em 1702, quando surge a dinastia dos Águas-Rosadas, para praticamente se extinguir em meados do século XIX.

Em 1504, o Rei D. Manuel mandou uma missão à foz do Zaire que levava, entre outras coisas, muitos livros de doutrina cristã, para serem usados no ensino dos mistérios e verdades da fé. No entanto, mais tarde, em carta de 5 de Outubro de 1514, D. Afonso, rei do Kongo, queixava-se ao rei de Portugal, D. Manuel I, sobre os maus exemplos dos missionários ali presentes. De tal ordem, que a missão, de 1508, dos religiosos de *Santa Loya*, António de Santa Cruz e Diogo de Santa Maria, mal chegaram, pediram para regressar ao reino, a fim de não assistirem ao desregramento dos seus colegas. O Padre Aleixo «moreo de nojo» pelo que via; ou outros escolheram a Pêro Fernandes por seu «mayorall» e «em tam se apartaram todos cada hum em sua casa e tomaram certos moços que cada huum

⁶⁶ O mesmo que Mbanza Kongo, capital do reino do Kongo, baptizada pelos portugueses por S. Salvador. In FERRONHA, António (s/d), *As cartas do “rei” do Congo D. Afonso*, Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 147.

emsynava», «começaram todos a tratar em comprar e vender», e, vendo o rei do Kongo «o seu devasamento {lhes rogou} per amor de nosso senhor Jesus Christo que se comprasem allgumas peças que fosem esprivos e que nom comprasem nenhuma molher por nam darem máo exemplo nem {o} fazerem ficar em mentytra com {sua} gente do que lhe {tinham} pregado e sem embargo disto começaram a encher as casas de putas em tall maneira que o Padre Pero Pernandes empenhou huma molher em sua casa e pario hum mulato»⁶⁷.

O comércio de escravos era já uma realidade quando Afonso subiu ao poder. A coroa portuguesa começou a desinteressar-se pelo Kongo, depois que Vasco da Gama e Bartolomeu Dias descobriram o Caminho Marítimo para a Índia, na viragem do século.

O reino do Kongo passou então a ser progressivamente considerado um depósito de escravos, especialmente pelos portugueses de S. Tomé, que oficialmente (por meio de decretos) dominavam o comércio de escravos na costa⁶⁸. Enquanto nas duas primeiras décadas de contacto, cerca de 60.000 escravos tinham sido retirados do Kongo, de 1506 a 1575 foram exportados 345.000⁶⁹. O próprio clero, enviado para evangelizar a

⁶⁷ SANTOS, Eduardo, *op. cit.*, pp. 41-42, referência à “Carta de D. Afonso rei do Kongo, a el-rei D. Manuel (5 de Outubro de 1514)”, in MANSO, Visconde de Paiva – História do Congo (documentos), doc. N.º XII, p. 17.

⁶⁸ BENDER, Gerald, *op. cit.*, p. 36, referindo-se a FELNER, Alfredo de Albuquerque (1933), *Angola: Apontamentos sobre a Ocupação e Início de Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 61 e 62; e também a VANSINA, Jan (1966), *Kindoms of the Savana*, Madison, University of Wisconsin Press, p. 46.

⁶⁹ BENDER, Gerald, *op. cit.*, p. 37, referindo-se a DELGADO Ralph (s/d), *História de Angola*, 4 vols., Lisboa, Ed. do Banco de Angola, p. 455. No entanto estes números referem-se à área do Kongo, e não ao território de Angola, ao sul do reino do Kongo, que na realidade forneceu a maior parte dos escravos levados de Angola, Cf. DAVISON, Basil (1961), *The African Slave Trade: Precolonial History 1450, 1850*, Boston, Little, Brown, Atlantic Monthly Press Book, pp. 144-151.

pedido do soberano africano, encontrava-se também envolvido no negócio de venda de escravos, facto que desiludiu ainda mais Afonso V. A atitude de alguns sacerdotes tornou-se durante o último período do século XVI cada vez menos compreensiva. A título de exemplo citemos uma carta enviada pelo Padre Garcia Simões, ao provincial dos jesuítas a 20 de Outubro de 1575: «Quasi todos tê por averiguado que a conversão destes barbaros não se alcançará por amor, senão depois que por armas forê sogeitos por Vassalhos del Rei Nosso Senhor»⁷⁰. No entanto, a crença do rei do Kongo, manteve-se inabalável. Não obstante o mau comportamento de alguns missionários em 1514, várias escolas primárias e um internato para quatrocentos jovens foram aparecendo no reino do Kongo, sobretudo nas províncias do Súndi, Bamba, Bata e Pango. Em 1540-1541 morre Mvemba-a-Nzinga.

Após a difícil vitória dos portugueses em Massangano, a 2 de Fevereiro de 1583, quando se deu verdadeiramente início, em Angola, ao espírito de conquista, de entre as dificuldades que se levantavam aos padres jesuítas, para a conversão dos naturais angolanos do reino do Ndongo, destacava-se naturalmente o seu enraizamento cultural e a dificuldade dos conquistadores em aprenderem as línguas nativas, dada a inexistência de relação gramatical das mesmas com as línguas latinas.

A autorização para a construção de um primeiro colégio missionário teve lugar em Luanda, em 1607, no tempo do governador-geral D. Jerónimo de Almeida, e estava ligada à Companhia de Jesus. Destinava-se à preparação de futuros sacerdotes desta ordem religiosa e ao ensino de jovens que ali quisessem instruir-se nas matérias ali professadas e, também, educar-se sob a orientação dos padres jesuítas. No entanto a escola de primeiras letras, que seria mais ou menos equivalente

⁷⁰ GERALD, Bender, *op. cit.*, p. 37, referindo-se a BRÁSIO, António (1953), *Monumenta Missionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vol. III, p. 142.

ao ensino primário de hoje, já funcionava desde 1605. Pensa-se que o primeiro mestre tenha sido o irmão António de Sequeira. Esta escola teve sobretudo o mérito de ser uma das primeiras de toda a África negra. Ali afluíram alunos da cidade de Luanda, da região do Kongo e mesmo de outras terras de Angola.

Segundo Simeão Nunes Vitória, chefe dos Serviços de Instrução de Angola, de 1927 a 1931, foi fundada no Kongo, em 1491, uma escola-oficina missionária e em 1618 foi criado o colégio jesuíta de Luanda, o qual contava com dez professores em 1622. Ora até à primeira metade do século XVII, o ensino não tinha grande aceitação na África tropical. Com excepção da acção dos jesuítas com o seu colégio de Luanda (o do Kongo acabou por não deixar tradições) e umas tímidas tentativas dos padres capuchinhos, não se encontram nesta altura sinais de terem funcionado em Angola outras obras, especialmente dedicadas à expansão da cultura.

As missões pouco ensinavam além das noções catequísticas, conhecimentos bíblicos e teológicos. As escolas não tinham grande interesse naquele tempo e, o saber geral, era muito reduzido. Quando, em 1624 o Padre Manuel Cardoso, reitor do colégio de Luanda, visitou o Kongo, ficou muito mal impressionado, uma vez que encontrou apenas poucos nativos que compreendiam português, menos ainda o sabiam falar e, apenas um, sabia ler e escrever. Dizia o missionário capuchinho da altura, Frei Miguel Angelo Nossez, que os padres que exerciam o seu ministério no interior de África, ou eram criminosos fugidos à justiça, ou eram condenados a degredo e enviados para os presídios ou povoações do interior, ou então eram autênticos comerciantes que procuravam aumentar os seus cabedais, negociando com o gentio e muitas vezes mesmo em escravos⁷¹.

⁷¹ SANTOS, Martins, *op. cit.* p. 74.

D. João Manuel de Noronha, Marquês de Tancos, que governou Angola de 1713 a 1717, dizia claramente e sem procurar manter o segredo da sua pouco agradável opinião, que os padres de Angola, sem excluir os de Luanda, eram quase todos bêbedos e desonestos, vivendo em estado de mancebia, sem se importarem com o escândalo do seu procedimento nem com o mau exemplo que davam aos colonos e nativos. Nessa altura, no Kongo, já só havia um padre da Propaganda Fide.

No tempo de Caetano de Albuquerque, que governou Angola de 1726 a 1732, o Colégio dos Jesuítas teve uma decadência notória. Faltavam-lhe os alunos que antes abundavam. Diziam que o prelado era o principal responsável por isso, pois chegava ao extremo de ordenar sacerdotes quase analfabetos, tendo o bispo, que governava a diocese de Angola e Kongo, D. Frei Manuel de Santa Catarina, recebido um aviso do rei em Lisboa, para ter maior atenção para este aspecto⁷².

A expulsão dos jesuítas de Angola, na sequência do decreto de 3 de Setembro de 1759, no tempo do Marquês de Pombal, dá início às primeiras tentativas do Estado marcar posição, em relação às preocupações com o ensino. O governador-geral da época, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, torna-se o primeiro incentivador.

No que toca à cultura religiosa, e após a invenção da imprensa por Guttenberg, há que se destacar a publicação da *Cartilha da Doutrina Cristã*, em 4 de Março de 1624 pelo jesuíta Padre Manuel Mateus, escrita em português e kikongo. Foi este o primeiro livro impresso numa língua africana do hemisfério sul.

Em 1642, foi impresso na cidade de Lisboa o primeiro catecismo em kimbundo. Trata-se de uma obra bilingue, já que havia texto também em português. Esta obra foi organizada pelo Padre Francisco Paccónio e reduzido a método mais breve pelo

⁷² SANTOS, Martins, *op. cit.*, p. 77.

jesuíta P. António de Couto. Em 1661 saiu a segunda edição, o que prova ter tido grande interesse para o ensino das noções rudimentares da doutrina cristã, tendo por isso mesmo continuado a ser editado durante mais dois séculos.

De 1645 a 1653 entraram em Angola e Kongo cinquenta e três padres capuchos. Mas, neste último ano, só vinte e três lá missionavam. Os restantes ou haviam morrido ou haviam regressado à Europa tolhidos por doença. Outra estatística refere que entre 1645 e 1707 desembarcaram nos dois reinos cento e oitenta e um sacerdotes e trinta e um irmãos, ao todo duzentos e doze, dos quais cento e nove morreram em África ou pereceram nas viagens. Em 1794 havia só um missionário capuchinho em todo o Kongo. A princípio iam por dez anos; depois passaram a permanecer apenas sete⁷³.

O missionário capuchinho italiano, Jacinto Vetralla (Giacinto Brusciotti da Vetralla) traduziu em 1650 a cartilha do P. Mateus Cardoso, jesuíta, publicada em quatro línguas: latim, italiano, português e conguês (kikongo). O mesmo missionário escreveu uma gramática e vocabulário da língua kikongo que veio a ser traduzida pelo bispo D. António Tomás da Silva Leitão e Castro e publicada pela Imprensa Nacional, de Luanda, em 1886, com o título: *Regras para mais fácil inteligência do difícil idioma do Congo*. A primeira edição havia sido feita em Roma, na tipografia da Sagrada Congregação da Propaganda, no ano de 1659.

No final da última década do século XVII foi, a 7 de Agosto de 1697, concedida autorização, para edição em Lisboa da primeira gramática de kimbundo, sob o título: *A arte da língua de Angola*, da autoria do sacerdote jesuíta P. Pedro Dias. Nesta altura já os jesuítas haviam desistido das antigas missões que haviam estabelecido no Dondo, Massangano, Kongo e das de outros sobados desde 1626. Eram ao todo nove padres e sete

⁷³ SANTOS, Eduardo, *op. cit.*, p. 131.

irmãos leigos, que se dedicavam aos trabalhos escolares e à educação dos seus serviçais. Da Mesa da Consciência e Ordens tiveram, por isso, a devida censura. No entanto, das suas oficinas saíam bons artífices: oleiros, carpinteiros, calafates, pintores, cerieiros, etc., que muito necessitados eram em Angola, já que era grande a escassez de operários europeus. Desde cerca de 1577 que haviam também abandonado o sistema antigo dos *baptismos de carregaço*, dedicando-se praticamente ao estudo das línguas dos naturais de Angola.

A poucos anos da publicação da gramática de kimbundo, em 23 de Dezembro de 1704, foi publicado um catecismo a que às vezes se dava o nome de pastoral, cujo autor se afirma ser o bispo de Angola e Kongo, D. Luís Simões Brandão. Esse catecismo foi usado nas escolas da catequese e de primeiras letras, até ao princípio do século XIX. Este bispo diocesano, que chega a Luanda no dia 4 de Janeiro de 1704, em 23 de Dezembro, fez publicar essa pastoral da doutrina cristã para brancos e negros.

No ano de 1715 foi impresso em Lisboa um opúsculo com o título *Doutrina Cristã* acrescentada com alguns documentos e que muitos missionários preferiam à obra jesuíta de 1642, então ainda em uso. Estava escrito em duas línguas, português e kimbundo. O seu autor era o P. José de Gouveia de Almeida, natural de Luanda e presidente da Santa Casa da Misericórdia. Finalmente, em 1784, fez-se nova edição do catecismo inaciano, dos padres Couto e Paccónio, que o Marquês de Pombal havia proibido em 1772, sob o protesto de que deveria usar-se somente a Língua Portuguesa, mesmo na evangelização. Declarava o primeiro-ministro de D. José que esta medida se destinava a facilitar o uso da língua portuguesa entre os negros. Mas em 1784, o que é certo, é que D. Maria I ordenava a 3.^a edição do catecismo inteiramente igual no texto à 2.^a. De recordar que pela lei de 3 de Setembro de 1759, o Marquês de Pombal já havia mandado extinguir a Companhia de Jesus, o que havia

colocado desde logo o ensino primário, industrial e agrícola sem mestres e ao abandono.

Ao começar o século XIX, as missões, em toda a Angola encontravam-se em franca decadência, sendo em 1834 extintas as ordens religiosas. Nessa altura em Luanda só havia um capuchinho e um carmelita. Um outro carmelita descalço encontrava-se em Bango-a-Quitamba. O sul do rio Kwanza, do ponto de vista missionário, não sofreu nada com esta medida.

Em 1836, o decreto de 7 de Dezembro estabeleceu o Governo de Angola, desaparecendo assim da orgânica administrativa os tradicionais reinos do Kongo, de Angola e de Benguela.

Antes de 1851 o ensino em Angola estava entregue aos jesuítas. E, apesar do esforço para se estabelecer em Angola o ensino público, antes da primeira metade do século XIX, este tornou-se infrutífero. Em África não havia qualquer tradição de ensino e o número de pessoas cultas ou que desejavam cultivar-se era ínfimo. A maior parte passava uns anos a amealhar um pecúlio, que lhe permitisse viver desafogadamente na Europa, de onde muitas vezes não vinham as mulheres nem os filhos para residirem, no caso presente, em Angola.

O decreto de 15 de Dezembro de 1856 abriu novas vantagens aos sacerdotes europeus, para paroquiar nas igrejas de Angola e Moçambique. Proporcionou um aumento de gratificações, mais um excedente para o serviço de ensino, além das passagens, ajudas de custo e outras vantagens. No ano seguinte, no dia 7 de Abril, o Conselho Ultramarino, que havia incluído o apostolado missionário nas suas actividades, abriu concurso para o provimento das diferentes igrejas de Angola. Os párocos serviriam por oito anos, seriam colocados em freguesias do litoral e do sertão e, cumulativamente, exerciam o ensino primário. Como resultado deste concurso, chegaram a Angola, em 1858, os primeiros oito párocos europeus e todos foram colocados nas suas igrejas, não obstante algumas não possuírem qualquer templo, nas paróquias do Bembe; S. José do Ambriz,

cuja ocupação militar se havia confirmado em Maio de 1855; Huíla e Cassange e nas freguesias de S. João Baptista de Gazengo, Santo Hilarião do Gulungo Alto, Benguela e Pungo Andongo. No novo concelho de Malange foi colocado o cônego nativo Necessidades, que ali veio a falecer em Junho seguinte.

No dia 14 de Abril de 1861 tomou posse da diocese o bispo D. Manuel de Santa Rita Barros, que no passado dia 2 de Setembro de 1860, havia desembarcado em Luanda, trazendo consigo párocos, professores, cônegos e doze ordinandos, uns do seminário patriarcal e outros do Seminário do Cernache do Bom Jardim, com destino à frequência do seminário diocesano que, nos princípios de Novembro do mesmo ano abriu no edifício do Paço, antigo Colégio de Jesus. Em relatório apresentado pelo P. José Maria Antunes em 1 de Dezembro de 1894, levado ao exame da Junta Geral das Missões, estas deveriam distanciar entre si, em média, 1 grau no sentido ocidente-oriente e 2 graus no sentido norte-sul. Na verdade, havia naquela altura quatro centros de missões já solidamente estabelecidos: Malange e Caconda desde 1890, Cassinga (1886) e Huíla (1881). Malange seria a missão central e dali irradiaram os missionários para fundarem as missões de Libolo (1893), Mussuco (1900), Bângalas (1913), Cacuso (1925), Minungo (1929), Saurimo (1930), Mussolo (1937), Salazar (1937), Dembos (1938), Dundo (1940), Cazanga (1941), Lombe (1946), Chiengue (1950) e Quibala (1951); de Caconda irradiaram para estabelecerem as missões de Cachingues (1892), Bailundo (1894), Vila da Ponte (1894), Huambo (1910), Sambo (1912), Cúchi (1912), Galangue (1922), Mupa (1923), Ganda (1927), Omupanda (1928), Bimbe (1929), Quipeio (1933), Balombo (1933), Andulo (1933), Silva Porto (1934), Nova Lisboa (1935); Caala (1935), Nova Sintra (1936), Entre-Rios (1939), Cuamato (1940), Caiundo (1940), Vila Junqueiro (1940), Baixo Cubango (1940), Chinguar (1942), Canhe (1942), Mungo (1948), Bela Vista (1948), Bundas (1950) e Nharea (1950); da Huíla, as missões do Jau (1889), hoje

seminário menor, Chivinguiro (1892), Quihita (1894), Gambos (1897), Munhino (1898), Chipelongo (1902), Vimania (1902), Chiúlo (1916), Sá da Bandeira (1935) e Quilengues (1938); de Lândana, as missões de Cabinda (1891), Luáli (1890-1892), Lucula (1893), Lunuango (1902), Maiombe (1922), Santo António do Zaire (1930) e Ambrizete-Tomboco (1935).

Em 1901 destacavam-se os padres do Espírito Santo, que tinham a seu cargo, em Angola, as missões seguintes:

1. No distrito do Kongo: Lândana, Cabinda, Luáli, e Lucula;
2. No distrito de Luanda: Luanda e Libolo;
3. No distrito da Lunda: Malange, Canâmbua e Mussuco;
4. No distrito de Benguela: Caconda, Bailundo, Bié, Catoco, Cassinga e Massaca.
5. No distrito de Moçamedes: Huíla, Munhino, Chivinguiro, Jau, Quihita, Gambos, Cubal e Cuanhama.

No que toca ao clero nativo, em 1853, um decreto de 23 de Julho criou o Seminário Episcopal de Luanda, com o fim de servir as dioceses de Angola e de S. Tomé, suprir a falta de liceu e demais aulas públicas e fazer de hospício dos missionários. Mas apenas no dia 29 de Junho de 1910, D. João Evangelista de Lima Vital conferia ordens de presbítero a dois alunos do seminário diocesano, ambos negros, os primeiros de um primeiro viveiro eclesiástico.

Em 7 de Maio de 1940 era assinado na cidade do Vaticano, pelos plenipotenciários do Pontífice Pio XII e do Presidente da República Portuguesa, a *Concordata*, para a metrópole e, integrada nela, o *Acordo Missionário*, para o Ultramar. Este nos seus artigos 3.º, 6.º, 66.º-69.º e 81.º, fala de “indígenas”, “população indígena”, “pessoal indígena”. O artigo 66.º estabelece que o «ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente direccionado ao pessoal missionário e aos auxiliares». Permite o uso da «língua indígena» somente

no ensino da religião (Art. 69.º). A *Concordata* tolerava, de «harmonia com os princípios da Igreja», o uso da *língua indígena* no ensino da religião católica (Art. 16.º). A mesma *Concordata* discriminava escolas para os indígenas e europeus (Art. 15.º) e destacava a «evangelização dos indígenas (Art.º 19). Mais tarde, a lei do Indigenato entendia o uso dos «idiomas nativos» no ensino somente como instrumento de difusão da língua portuguesa: «O ensino a que se refere este artigo procurará sempre difundir a língua portuguesa, mas, como instrumento dele, poderá ser autorizado o emprego dos idiomas nativos»⁷⁴.

Já em relação ao protestantismo, podemos seguramente afirmar que este entrou intensamente em Angola com a chegada dos calvinistas, aquando da ocupação de Luanda pelos Holandeses. Os templos católicos foram profanados e o culto protestante tornado obrigatório. Para além de Luanda, a acção dos protestantes fez-se também ao longo do litoral até Benguela e mesmo no interior nos reinos do Kongo, do Ndongo e Matamba, onde os holandeses conseguiram alianças com os potentados.

A protecção aos missionários de todos os cultos, garantida pelos portugueses na sequência da Conferência de Berlim, fez crescer as missões protestantes a par das missões católicas. Por exemplo, em 1961, no começo da luta de libertação nacional levada a cabo pelo povo angolano, na missão protestante de S. Salvador, trabalhavam sete missionários e possuíam uma igreja com 3.000 membros, uma escola primária, internatos para rapazes e meninas, um hospital e várias residências para o pessoal missionário. A missão do Quibocolo tinha nove missionários e mais de 10.000 membros. Era dotada de igreja, escola com cinco salas de aula e secretaria, posto sanitário e maternidade, cinco residências, um internato para meninas, oficinas, anexos, arrecadações, etc. Já a missão do Bembe possuía uma casa servindo de igreja, uma escola com quatro salas

⁷⁴ LEI DO INDIGENATO, Decreto-Lei n.º 39 666, suplemento ao B.º 22, 1.ª série, de 31/05/1994, art. 6.º, parág. 1.

de aula, secretaria, livraria e armazém, um posto sanitário com duas enfermeiras e vinte e quatro camas. No centro do país, desde 1936 que a Convenção Baptista Portuguesa mantinha uma missão no Huambo (ex-Nova Lisboa), com sede na Etunda, a uns 7 Km da cidade. Em 1963, construiu-se ali uma nova escola na missão. Há que salientar que todas as missões, dada a sua inserção rural, tiveram como preocupação o ensino religioso nas línguas africanas, apesar das dificuldades que lhes eram levantadas pelo poder político.

Quanto ao ensino nas missões protestantes em carta de 8 de Outubro de 1887, Héli Chatelain, linguista de nacionalidade suíça, anunciava à família o seu próximo regresso à Europa, para fazer imprimir os seus livros de kimbundo, o que veio a acontecer em 1889, com a impressão da sua gramática naquele idioma.

Em 4 de Novembro de 1895, Chatelain esteve em Nova Iorque, no célebre centro de Atlanta, que reuniu africanistas de língua inglesa, tendo pronunciado duas conferências sobre linguística bantu e o movimento anti-esclavagista. Animado pelo Acto da Conferência Anti-esclavagista de Bruxelas de 1892, que reconhecia a necessidade de haver sociedades especiais interessadas na elevação e educação dos negros, Héli Chatelain divulgou um plano de trabalhos da sua futura Liga Filafricana. O corpo missionário protestante, para cada estação, deveria ser assim constituído: um director, se possível médico; um agricultor mecânico; um ou dois professores e dois ajudantes missionários negros. A Aliança Evangélica dos E.U.A. reuniu-se para aprovar os seus projectos e aprovou a criação de uma Liga, tal com a propôs Chatelain. Chegado a Angola deitou mãos à obra e, para atrair os nativos, entoava cânticos em umbundo.

A missão de Camundongo, fundada pelo Dr. Sanders e Fay em 1884, foi das primeiras missões evangélicas a ter tipografia própria. Os seus primeiros missionários, Dr. Sanders e Stover, dedicaram-se desde logo à aprendizagem da língua umbundo e à produção de literatura cristã.

Esta missão possuía uma “escola da vida rural”, para catequistas, e um hospital.

A missão de Chissamba, fundada por Walter Currie em 1886, possuía nove pastorados, oito dos quais no concelho do Bié, Catabola e Camacupa. Um nono ficava no Moxico, pela razão que trinta anos antes, nativos haviam saído da área da Chissamba em busca de terrenos melhores e levantaram aldeias sobretudo em volta do Luso, Léua e ex-Teixeira de Sousa. Dada a diferença de idiomas, estas populações não se integraram nas igrejas daquelas regiões. Por isso, a igreja de Chissamba passou a enviar pastores evangelistas e professores para assistirem e ensinarem estes seus membros. Na sede mantinham uma escola de ensino pré-primário e primário e um hospital com 140 camas.

O primeiro curso de aperfeiçoamento de mestres de professores das escolas das missões evangélicas de Angola Central realizou-se no Dôndi em Agosto de 1965, com as seguintes disciplinas: Portugalidade, Língua Africana de Angola, Aritmética, Ciências Naturais, Legislação, Educação Social e Cívica, Formação Feminina, Doutrina e Moral Cristã, Saúde e Formação Rural.

Um outro exemplo de impressão de partes do Evangelho e das Escrituras, bem como outras publicações em português-umbundo e português-nhema, é-nos dado em 1928, na pequena tipografia da missão protestante do Muié.

A tipografia da missão do Bongo, que em 1937 havia começado apenas com um duplicador, teve em 1937 um pequeno prelo *Multigraph* e em 1958 um magnífico edifício, com bom material de composição e impressão. No ano seguinte tornou-se propriedade da Casa Publicadora Angolana (S.A.R.L.) com sede no Huambo (ex-Nova Lisboa), editora de muitas publicações em português, umbundo, cokwe, e kimbundo. A escola primária teve no ano lectivo de 1964-1965 a frequência de 317 alunos, 219 dos quais obtiveram aproveitamento. Além desta escola primária central, a missão mantinha escolas pré-primárias e primárias em Chiúta (Longonjo), Emanha (Longonjo),

Catocola (Longonjo), Chilimba (Cuma), Caué (Calata), Cabalombo (Cuíma), Cachindongo (Cuíma), Cacaca (Caala) e Catápi (Chilata).

Apesar da maioria da população angolana ser católica, o protestantismo é a segunda religião com o maior número de seguidores em Angola. As escolas das missões ligadas a estas duas religiões trouxeram, indiscutivelmente, mais valias para a educação e ensino dos naturais de Angola que, na sua grande maioria acabou por se escolarizar nelas.

De acordo com o relatório final do II Simpósio sobre Cultura Nacional, realizado de 3 a 7 de Novembro de 1997, realizaram-se as seguintes acções utilizando as línguas africanas de Angola: experiências consideradas positivas no ICRA (Instituto das Ciências Religiosas em Angola)⁷⁵, cujos programas curriculares contemplam o ensino de três línguas nacionais africanas; experiências na província do Kuando Kubango⁷⁶ que, paralelamente à Língua Portuguesa, inseriram na escola oficial três línguas africanas, a partir de uma selecção feita de acordo com o número de alunos e as exigências dos encarregados de educação; ensino do kikongo no clube da UNESCO; ensino do *woyo* no Seminário de Cabinda, com manuais produzidos pelo Instituto de Línguas Nacionais, adstrito ao Ministério da Educação e Cultura da República de Angola.

⁷⁵ Em entrevista ao Jornal de Angola, Frei João Domingos, Reitor do ICRA – única instituição em Angola onde o estudo das línguas africanas de Angola é obrigatório – ao defender a integração das línguas africanas no currículo escolar, afirmou, que o ensino das mesmas, impediria a marginalização dos alunos em relação à sua cultura. Frei João Domingos, pretende formar educadores sociais que não encontrem fronteiras nas línguas nacionais, podendo comunicar-se com pessoas do interior do país. In, JORNAL DE ANGOLA, *Online* (Terça, 14 de Agosto de 2001) *Frei João Domingos defende dialectos*, Cultura, Ano 1, Edição *Online* n.º 265.

⁷⁶ Província administrativa também conhecida na época colonial, pelas “terras do fim do mundo”.

5.2 O ensino do Estado

No que respeita ao ensino primário em Angola, a primeira escola pública de ler, escrever e contar, apareceu em Luanda no início da segunda metade do século XVIII, por iniciativa do governador-geral da época, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, na sequência da expulsão dos jesuítas de Portugal, por ordem do Marquês de Pombal, posteriormente ao atentado contra o rei D. José I, em 1758⁷⁷. O crescimento de mais escolas de primeiras letras, veio a surgir apenas em 1845, nas duas mais importantes povoações angolanas, situadas no litoral – Luanda e Benguela – todas elas destinadas sobretudo aos europeus e seus descendentes. Isto porque *“o decreto de 1845 procurou dar satisfação às exigências da população civilizada e tentou harmonizar as duas correntes, dando a cada uma delas o valor que na realidade tinha e a satisfação a que aspirava. Procurou igualmente fixar a responsabilidade do Estado no campo educativo e organizou o ensino em dois graus, o elementar e o principal. Além destas escolas, já próprias das populações evoluídas, não deixava de admitir a hipótese de haver escolas rudimentares, que só em teoria podiam viver, pois as condições eram-lhes francamente desfavoráveis. Lembremo-nos que as Ordens Religiosas haviam sido expulsas há dez anos e não se extinguia ainda o eco de tal acontecimento nem se haviam posto de acordo os partidários das duas atitudes contrárias.”*⁷⁸

Na verdade, Angola só começou a prender a atenção dos políticos após a independência do Brasil. Procurava-se de certa maneira que o vazio deixado naquela ex-colónia da América do Sul fosse preenchida por Angola, tendo até em atenção a interdependência económica anteriormente existente, a nível

⁷⁷ SANTOS, Martins, *op. cit.*, p. 86.

⁷⁸ *Idem*, pp. 88 e 121 a 122.

destes dois territórios⁷⁹. Segundo Oliveira Martins, a partir de dados compilados com base nos recenseamentos realizados entre 1869 e 1879, no último quartel do século XIX havia apenas três mil portugueses em Angola, para meio milhão de portugueses fixados no Brasil⁸⁰. Como já foi dito, pelo decreto de 14 de Agosto de 1845 assinado por Joaquim José Falcão, o Estado chama a si, em Angola, a responsabilidade no campo educativo e organiza o ensino em dois graus: o elementar e o principal. Mas por outro lado, este mesmo decreto, para além de organizar o ensino em novas bases, laicizou-o, como na metrópole. Este passou a constituir um ramo da administração pública, substituindo assim o ministério exercido pelas missões. Mas foi necessário utilizar os párocos para cumulativamente ministrarem o ensino, porém com nomeação separada para estas funções. Até esta data não existia em Angola qualquer estrutura tradicional de ensino. O mapa escolar do mês de Dezembro de 1846 indicava haver 16 alunos na Aula de Gramática Latina, 86 na Aula de Instrução Primária, 21 na Aula de Meninas e 51 na Aula de Instrução Primária da cidade de Benguela, num total de 174 estudantes em todos estes estabelecimentos de ensino⁸¹.

Em Março de 1847 apareceu, ao lado de Luanda e Benguela, o mapa escolar de São José de Encoje, que tinha 20 alunos. Em 1848, com as escolas da vila da Muxima e do Duque de Bragança, o ensino primário encontrava-se estabelecido em cinco localidades angolanas. Na altura, a nomeação dos professores primários era feita pelo governador-geral⁸².

⁷⁹ SANTOS, Martins, *op. cit.* p. 117.

⁸⁰ BENDER, Gerald; *op. cit.*, p. 15, referindo-se a Oliveira Martins e aos números compilados por este autor a partir dos recenseamentos realizados entre 1869 e 1879 (1887, p. 181, mapa I e p. 189, nota I).

⁸¹ SANTOS, Martins, *op. cit.*, pp. 121-122.

⁸² *Idem*, pp. 123-125.

Até 1850, foram criadas mais as escolas primárias de Calumbo, com 10 alunos, a de Moçâmedes com 5 e a de Pungo Andongo com 27, o que veio a totalizar oito escolas primárias masculinas em todo o território, a que se associou mais uma do sexo feminino, criada em Luanda.

Se considerarmos colono, o indivíduo que sai da Europa com a intenção de viver permanentemente na colónia – não sendo portanto, soldado, degredado ou membro do serviço colonial – podemos então entender que a colonização portuguesa em Angola, não começou antes de meados do século XIX (1849-1851), altura em que cerca de quinhentos “brasileiros” chegaram ao porto do Namibe (ex-Moçâmedes), no sul deste território. No entanto, isto aconteceu por se ter dado uma insurreição armada entre 1847-1848 na cidade brasileira de Pernambuco, já após a declaração de independência deste país, em 1822. Angola, nesta altura, não era suficientemente atractiva para os portugueses vindos da Europa ou do Brasil. Para que este processo se viesse a desenvolver, teve o governo de usar métodos de intervenção directa no processo de colonização, através do fornecimento de passagens grátis para a colónia e, uma vez chegados, dava-lhes terra, habitação, animais, sementes e subsídios. No léxico colonial português, tais métodos designavam-se por “colonização dirigida”⁸³.

De entre as causas impeditivas do desenvolvimento do ensino em Angola, ainda em meados do século XIX, está certamente a escravatura, a dominação espanhola, a carência de um plano, a falta de acção dos governantes e a expulsão dos religiosos. De notar também que a grande maioria dos emigrantes, que partiram de Portugal para Angola, eram em regra gente de baixo nível moral, com muitos degredados à mistura – massa rude, inculta, analfabeta, boçal, ambiciosa e cruel. Um exemplo deste facto, aparece numa citação do governador e comandante-

⁸³ BENDER, Gerald, op. cit., pp. 111-112.

-geral de Angola de 1764 a 1772, Sousa Coutinho: “[Devemos] proibir de uma vez para sempre as penas que sobrecarregam este reino com prostitutas e degredados da pior espécie, [porque] a experiência de mais de dois séculos mostra que tais embarques foram inúteis e muitas vezes perigosos; [...] os seus vícios ganham raízes, gostam da ociosidade, estragam a sua saúde e morrem depressa e através deste excesso da adversidade as suas mortes tornam-se mais úteis que as suas vidas.”⁸⁴

Um outro exemplo, aparece na descrição de Joachin Monteiro sobre Luanda, entre 1860-1870: “Os mais selectos espécimens de facínoras e assassinos de grande quilate são enviados para Luanda para serem tratados com a maior consideração pelas autoridades. Ao chegarem à costa, alguns são alistados como soldados, mas aos assassinos mais importantes geralmente dá-se-lhes dinheiro e cartas de recomendação para lhes garantir a sua liberdade instantânea, e eles começam por abrir tabernas, etc, onde roubam e vigarizam, tornando-se em poucos anos ricos e independentes e mesmo personagens influentes”⁸⁵.

Em 1863 chegou a haver, em Angola, 24 escolas primárias públicas, mas em 1869, o número baixaria para 16. Antes de qualquer preocupação com a escolarização dos autóctones, em 1867, o governador-geral de Angola, mandou para Lisboa, a fim de serem educados por conta do Estado, dois filhos de régulo e barão de Cabinda, Manuel José Puna. Ele próprio havia sido educado e baptizado em Portugal, sendo seus padrinhos os reis, D. Maria Pia e D. Luís I.

Em 1 de Dezembro de 1873 começou a funcionar, em Luanda, a Biblioteca Pública da Câmara Municipal, que

⁸⁴ BENDER, Gerald, *op. cit.*, p. 95, referindo-se a MACHADO, José Vieira (1940), *Colonização – Projectos de Decretos*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias p. 9.

⁸⁵ BENDER, Gerald, *op. cit.*, p. 119, referindo-se a MONTEIRO, Joachin J. (1875), *Angola and the river Congo*, 2 vols. , Londres, Ed. Macmillan, p. 43.

dispunha de duzentos e sessenta e cinco livros próprios e de duzentos e cinquenta que lhe foram emprestados pelo vereador Urbano de Castro. Em 1913, os filhos do advogado luandense Alfredo Troni ofereceram a biblioteca particular de seu pai, com três mil duzentos e setenta e três volumes.

A chegada da legislação que abolia o trabalho forçado, em 1878, foi em grande parte ignorada, já que um novo código do trabalho, promulgado nos derradeiros dias do século XIX, estabelecia, para todos os africanos, uma obrigação legal e moral de trabalhar⁸⁶. Os africanos, que fossem encontrados a violar a lei, lei essa bastante ambígua, poderiam ser forçados a trabalhar para o Estado ou para indivíduos particulares. Tais trabalhadores contratados raramente eram pagos e eram tratados quase como escravos⁸⁷. Oliveira Martins, embora se tenha preocupado em defender os africanos contra os maus tratos dos europeus, tentou também provar que os negros são «um *typo anthropologicamente inferior*, não raro proximo do *anthropoide* e bem pouco digno de homem». Utilizando as suas «provas científicas», atacou o esforço missionário em África e perguntava retoricamente «porque não há-de ensinar-se a Bíblia ao gorilla ou ao orango, que nem por não terem falla, deixam de ter ouvidos, e hão de entender, quasi tanto como entende o preto, a metaphisica da encarnação do Verbo e o dogma da Trindade»⁸⁸. Através de um argumento físico-antropológico, concluía ainda que o negro era pura e simplesmente uma criança adulta: «... a precocidade, a mobilidade, a agudeza próprias das crianças não lhes faltam; mas essas qualidades infantis não se transformam

⁸⁶ SILVA CUNHA, J. M. da (1955), *O trabalho Indígena, Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 2.^a ed., pp. 147-148; e também DUFFY, James (1959), *Portuguese Africa*, Cambridge, Mass, Havard University Press, p. 153.

⁸⁷ DAVIDSON, Basil (1972), *In the Eye of the Storm: Angola's People*, Garden City; Doubleday, pp. 125-126.

⁸⁸ MARTINS, Oliveira (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Guimarães e C.^a Editores, pp. 254-255.

em faculdades intelectuais superiores (...). Há decerto, e abundam documentos que nos mostram ser o negro um tipo antropológicamente inferior, não raro do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem. A transição de um para outro manifesta-se, como se sabe, em diversos caracteres; o aumento da capacidade da cavidade cerebral, a diminuição inversamente relativa do crânio e da face, a abertura do ângulo facial que daí deriva e a situação do orifício occipital. Em todos estes sinais os negros se encontram colocados entre o homem e o antropóide»⁸⁹. Era portanto incompreensível conceder a “liberdade” a essa “criança adulta”, que só “pela força” conseguia trabalhar: O negro «trabalha, sim, mas não por hábito, por instinto e com o fito de uma capitalização ilimitada como o europeu. Trabalha sim, mas agrilhado pela necessidade imediata: e as necessidades do negro são curtas, e satisfaz-se com pouco. Não abandona a liberdade e a ociosidade, para eles felizes condições de vida selvagem, pelo trabalho fixo, ordinário, constante, que é dura condição da vida civilizada». Daí a escravidão: «A escravidão tinha pois um papel positivo e economicamente eficaz, sob o ponto de vista da prosperidade das plantações. Não basta dizer que o trabalho escravo é mais caro e que o preto livre trabalha – factos aliás exactos em si – porque é mister acrescentar que o preto livre só trabalha intermitentemente ou excepcionalmente; e que o mais elevado preço do trabalho escravo era compensado pela constância e permanência do funcionar desse instrumento de produção»⁹⁰. Logo, o pensamento dominante da época era que os africanos eram inferiores aos portugueses, logo não valia a pena civilizá-los através

⁸⁹ MAZULA, Brazão (1995), *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa & Edições Afrontamento, pp. 69-71, referindo-se a MARTINS, J. P. Oliveira (1920), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora de Lisboa, 5.^a ed., pp. 219-220 e 284-285.

⁹⁰ MARTINS, Oliveira, *op. cit.*, pp. 219-220.

da educação⁹¹. António Enes, Ministro da Marinha e do Ultramar, nomeado em Outubro de 1890, viria a afirmar que o único meio eficaz de transmitir a civilização portuguesa aos africanos era o trabalho manual, o qual, defendia ele, se tornava necessário para levar os africanos a apreciar a dignidade do trabalho⁹².

Em 21 de Maio de 1883, determinou-se que fosse adoptado, em todas as escolas oficiais da província de Angola, o Método de João de Deus. Ordenou-se que nenhum professor fosse provido no seu cargo, se não demonstrasse por documento ou perante um júri competente, que sabia empregar este método no ensino das primeiras letras.

A 30 de Setembro de 1888, no bairro das Ingombotas, em Luanda, próximo da Igreja do Carmo, começou a funcionar uma escola primária sustentada pela Câmara Municipal, destinada sobretudo aos filhos das famílias mais carenciadas de recursos, pois os alunos podiam frequentá-la usando apenas uma tanga, se não tivessem outra roupa.

Por decreto do dia 21 de Setembro de 1904, do governo de Lisboa, os governadores das províncias de Angola, Moçambique e Cabo Verde, foram autorizados a criarem em cada uma delas, uma escola prática para o ensino de algumas matérias de estudo, nomeadamente a língua portuguesa, a língua francesa ou inglesa (uma delas) e também os idiomas africanos mais difundidos e de maior importância, nas relações entre portugueses, angolanos, moçambicanos e caboverdianos. O governador de Angola foi autorizado a abrir o crédito de doze contos por ano para poder implantar essa escola. Deveriam ensinar-se também, além das

⁹¹ BENDER, Gerald, *op. cit.*, pp. 202-203, referindo-se a MARTINS, Oliveira (1887), p. 285.

⁹² DUFFY, James, *op. cit.*, pp. 236-242; e 365. Também SAMUELS, Michael Anthony (1972), *A Failure of Hope: Education and Changing Opportunities in Angola Under the Portuguese Republic*, rottest and Resistance in Angola and Mozambique, pp. 53-65, organizado por Ronald H. Chilcote, Berkeley, University of California Press, pp. 58-59.

línguas acima indicadas, rudimentos de contabilidade, incluindo a prática das operações comerciais mais úteis, mais simples e mais correntes. Há, no entanto, muitas dúvidas sobre a eventual concretização deste projecto. Mas o estudo das línguas africanas chegou a despertar no início do século algum interesse. Assim, Henrique de Paiva Couceiro, determinou, em 23 de Julho de 1907, que o certificado de frequência do curso de kimbundo, ou curso de intérpretes Eduardo Costa, seria daí em diante um elemento a ter em conta, na determinação da preferência para o provimento dos lugares de administração ultramarina e outros, dependentes do Governo-Geral. Esta escola teve origem no curso de línguas africanas, anexo ao seminário, criado em 1886 pelo bispo D. António Tomás da Silva Leitão e Castro. A escola de Intérpretes Eduardo Costa, ou curso de língua kimbundo, foi oficialmente inaugurada no dia 17 de Julho de 1907, pelo príncipe real D. Luís Filipe de Bragança, que nessa data aportara a Luanda para a sua visita a esta cidade.

No dia 28 de Maio de 1907, o professor de kimbundo da Escola Colonial de Lisboa, o capelão naval Padre José Matias Delgado, obteve licença para ir a Luanda com soldo, viagens e gratificações pagas, a fim de colher elementos para a compilação de um livro de estudo, destinado ao ensino das línguas indígenas.

Em 9 de Janeiro de 1908, Paiva Couceiro encarregou o cônego P. Joaquim de Oliveira Gericota, o Padre Manuel António Alves e o Padre António Moreira Basílio, de redigirem uns guias em que se encontrassem reunidas e em método reduzido as mais importantes regras de gramática, vocabulário de palavras e frases de uso corrente nas línguas indígenas de maior importância. No dia seguinte, 10 de Janeiro, encarregava também a Junta de Saúde de redigir um guia médico, em que se definissem claramente algumas prescrições de higiene tropical, de pequena cirurgia, vacinação, tratamentos a fazer em casos de urgência ou acidente, em doenças mais vulgares em climas tropicais, etc. Ainda em 1908, o governador Gomes dos Santos, escreveu

num artigo intitulado “Situação em Angola” editado pela revista *Portugal em África*, da missão do Espírito Santo da época, o seguinte: «A nossa política antissocial não sabe civilisar o preto, só sabe castigar-o, e punindo como traição o que é apenas ignorância»⁹³. Em 1910, com a implantação da República em Portugal novas políticas educativas foram implementadas em Angola. A Constituição Republicana de 1911 mantinha a obrigação dos indígenas trabalharem, mas limitava os contratos a dois anos e proibia os patrões de utilizar castigos corporais⁹⁴. O Diploma Legislativo n.º 238, de 17 de Maio de 1930, estabelecia as principais diferenças entre o ensino indígena: «elevar gradualmente da vida selvagem à vida civilizada dos povos cultos, a população autóctone das províncias ultramarinas»; enquanto o ensino primário elementar para os não indígenas: «visava dar à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral, preparando-a para a vida social»:

- Artigo 1.º: «O ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-se mais útil à sociedade e a si próprio».
- Artigo 7.º: «O ensino primário rudimentar destina-se a civilizar e nacionalizar os indígenas das colónias, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses».⁹⁵

⁹³ GOMES DOS SANTOS, José A. (1903), *As Nossas Colónias*, Lisboa, Editora Empresa do “Portugal em África”, p. 148.

⁹⁴ BENDER, Gerald, *op. cit.*, p. 204, referindo-se a WILENSKY, Alfredo Heitor (1968), *Tendencias de legislación ultramarina portuguesa en África*, Braga, Editora Pax, pp. 37-44 e SILVA CUNHA, J. M. da (1955), *O Trabalho Indígena*, Lisboa, Agência do Ultramar, 2.ª ed., pp. 197-199.

⁹⁵ MAZULA, Brazão, *op. cit.*, p. 80.

5.3 O princípio da assimilação como forma de promoção social

Após a instauração do Estado Novo, oficialmente era possível a qualquer africano ou mestiço ser reconhecido como assimilado (não indígena) e assim atingir o mesmo *status* legal de um europeu. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia⁹⁶.

Através do número real de assimilados em Angola – por altura dos censos de 1940 e 1950, os únicos que dividiram a população em categorias de “civilizados” e “não civilizados” – se torna possível inferirmos sobre o número de angolanos, que naquela altura tinham já o domínio da Língua Portuguesa em Angola⁹⁷. Em 1940 havia um total de 3.665.829 africanos (entenda-se pelo contexto dos documentos consultados, que estes africanos são apenas aqueles que são efectivamente considerados negros, ou pertencentes à “raça”⁹⁸ negra), 28.035

⁹⁶ LEMOS, Alberto de (1941), *Bases para a Solução dos Problemas da Colonização de Angola*, Lisboa, Edição do autor, pp. 49-52; e MOREIRA, Adriano (1955), *Administração da Justiça aos Indígenas*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, pp. 22-23; MOREIRA, Adriano (1956), “the ‘Elites’ of the Portuguese ‘Tribal’ Provinces (Guinea, Angola, Mozambique)”, *International Social Science Bulletin*, p. 465.

⁹⁷ BENDER, Gerald, *op. cit.*, pp. 215-220.

⁹⁸ Para uma melhor caracterização dos princípios reitores que caracterizavam o Sistema de Educação e Ensino colonial nesta época, achamos por bem e circunstancialmente a propósito do termo raça, apresentarmos oportunamente toda uma série de definições de conceitos que, consequentemente, entre em consonância com este mesmo termo. Assim, **Raça**, do indo-europeu *wrad*: raiz, ramo. No domínio animal a raça é uma espécie no interior do género: dir-se-á, por exemplo, que o *Charolais* é uma raça bovina. Em etnografia chama-se raça a uma divisão de espécie humana que seria baseada em caracteres biológicos particulares e permanentes. No entanto, é muito difícil, se não impossível, isolar ou distinguir características específicas que permitam qualificar raças humanas bem delimitadas. Somente se pode, por comodidade de linguagem, falar do modo científico das

mestiços e 44.083 brancos. Apenas 0,7% destes africanos e 82% dos mestiços eram considerados “civilizados”. Dez anos depois, continuava a haver 0,7% de negros e já 88,8% de mestiços considerados “civilizados” (percentagens correspondentes a um total de 30.089 africanos e 26.335 mestiços). Os indivíduos de “raça” branca tinham nestes dez anos aumentado de 44.083 para 78.826 indivíduos e obviamente foram todos (sem excepção) considerados por ambos os censos, 100% civilizados, em

grandes raças humanas, a partir de modelos puros de tipo negróide, mongolóide ou caucásico. Para se caracterizar um grupo restrito que, em consequência do seu isolamento e das suas condições de existência, tem traços somáticos bastante particulares e homogêneos, fala-se de raça especial. Dir-se-á, também, num sentido particular, que o conjunto dos ascendentes ou descendentes de uma família ou de um clã constituem uma raça. Não se deve confundir, como se faz erradamente, o termo “raça” com nação, povo, grupo linguístico, cultura. Fala-se também abusivamente de raça latina, de raça indiana, de raça mediterrânica, etc. Este vocábulo foi objecto de numerosas polémicas entre antropólogos, etnólogos, paleontólogos e sociólogos. A ideia de raça superior provocou o racismo. O primeiro teórico do racismo foi Gobineau (1816-1882) no seu “Essai sur l’Inégalité des Races Humaines” (1854). **O racismo** é simultaneamente uma teoria e uma prática fundadas na crença da superioridade de uma raça (vulgarmente aquela a que se crê pertencer). As qualidades da raça determinam uma política negativa em relação às outras raças, consideradas inferiores: relações de dominação, de segregação, de isolamento matrimonial e cultural e até de extermínio. O racismo baseia-se num certo número de ideias sem fundamento científico: a raça superior é “pura”; as suas qualidades psíquicas e culturais estão ligadas à sua pureza biológica. Pode haver um racismo de puro comportamento que, sem se apoiar numa doutrina, leva a depreciar as pessoas de outra raça. O racismo condena severamente qualquer união com pessoas da raça considerada inferior; impede que as pessoas dessa raça tenham acesso a certos postos ou a certas posições sociais, praticando a segregação racial. Esta forma de racismo aparece concretamente quando certos grupos étnicos diferentes se inserem em determinada população, constituindo um bloco não assimilado. Certa forma de pan-eslavismo, o nazismo (que acreditava na superioridade da raça ariana), o *apartheid* na África do Sul e as lutas raciais nos Estados Unidos ou noutros lugares do mundo, são as principais formas históricas de racismo. Já o etnocentrismo, etimologicamente uma expressão grega, designa nação, povo, raça. **O etnocentrismo** é o comportamento social e a atitude afectiva que levam a privilegiar, sobrestimar o grupo racial, local ou nacional a que se pertence. A mentalidade etnocêntrica tem tendência a depreciar as culturas, as civilizações diferentes, a julgá-las de modo pejorativo comparando-as aos costumes e usos do seu próprio grupo, tidos por normais e que servem de critérios de apreciação. O etnocentrismo leva a estereótipos, a imagens *a priori*, a preconceitos sobre os outros povos ou raças, à xenofobia. Constitui um dos factores

qualquer um dos casos⁹⁹. De facto havia muito poucas instituições educacionais em Angola, mesmo para a época. Menos de 5% de todas as crianças de idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos de idade frequentavam a escola em 1950. A percentagem de analfabetismo dos negros de idade superior aos 15 anos, situava-se nos 97%¹⁰⁰.

Dois anos mais tarde havia apenas 37 indivíduos com o curso liceal completo em toda a colónia, a maior parte dos quais eram brancos. A título comparativo com as outras colónias não portuguesas, Angola tinha, em 1952, apenas 14.898 alunos no ensino primário e mais de dois terços eram de “raça” branca. No que toca a indivíduos de “raça” negra, nesse mesmo ano, o

da incompreensão e dos conflitos entre as sociedades. Na ampla sociedade global, de tipo moderno, onde devem coexistir numerosos grupos diferentes e por vezes diferentes “raças” ou povos, revelam-se frequentemente fenómenos de etnocentrismo, facilitados por diferenças económicas e de modos de vida. Desta maneira, numa mesma civilização geral manifestam-se preconceitos de classe, de profissão, de “raça”, de religião, que se exprimem em atitudes particularistas bastante próximas do etnocentrismo. **A segregação social**, do latim *segregare*: separar do rebanho, isolar. A segregação social consiste em pôr à margem, em separar, em isolar do conjunto da sociedade, indivíduos ou determinadas categorias da população. Ela pode ser realizada conscientemente, com finalidades sociais previstas, ou então produzir-se inconscientemente pelo simples jogo de uma acção selectiva devido, a factores de opinião, diferenças de cultura, de comportamentos colectivos, de costumes, etc. Pode resultar da lei que a promove (escolas diferentes para diferentes “raças”), dos costumes tradicionais (castas), dos estatutos sócio-económicos (segregação de classes), do uso da força (campos de concentração, prisões), de atitudes sociais passionais e passageiras (ostracismo social). **Discriminação**, do latim *discriminatio*: separação, distinção. A discriminação é a acção de cortar, de separar. Diz-se que há discriminação social quando, num grupo ou numa sociedade, parte da população recebe um tratamento diferente e desigual em comparação com o total. Em princípio e em direito, a parte que sofre o efeito da discriminação encontra-se no mesmo estatuto legal que os outros. Mas, na prática, é lesada nos seus direitos, privada de vantagens comuns ou sobrecarregada com obrigações particulares. Em geral, as causas sociais da discriminação não são conscientemente sentidas; têm origem em preconceitos antigos, em motivações de afectividade colectiva, etc. A discriminação pode resultar em diversas formas de segregação. Os principais tipos de discriminação são as discriminações racial, religiosa, nacional e política”. In BIROU Alain, *Dicionário de Ciências Sociais* (1982), Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 153, 345, 347, 348 e 367.

Ghana, de colonização inglesa, com o dobro da população de Angola naquela época, tinha 418.898 alunos matriculados neste nível de ensino, enquanto que a actual República Democrática do Congo, de colonização belga, três vezes mais populosa, tinha 943.494¹⁰¹.

Em 1961, com o começo da luta armada de libertação nacional em Angola, para além de outras medidas de carácter político-diplomático, o governo português procurou implementar por todo o território uma maior rede de estabelecimentos escolares e, conseqüentemente, promover e divulgar a língua e a cultura portuguesas, por um maior número de angolanos. Até que chegámos a 1973, como já afirmámos anteriormente, com 512.942 alunos em todo o ensino primário, dos quais um terço eram portugueses.

6. Razões que justificam hoje a existência e a utilização da Língua Portuguesa como língua oficial e língua de escolaridade

Afirma-se que o grande nacionalista e intelectual africano Amílcar Cabral, havia, ainda em tempo da luta armada na Guiné-

⁹⁹ COLÓNIA DE ANGOLA (1941), *Censo Geral da População*, vol. I, Luanda, Imprensa Nacional, pp. 78-79, 99, 118 e PROVÍNCIA DE ANGOLA (1953), *II Recenseamento Geral da População 1950*, vol. I, Direcção dos Serviços de Estatísticas, Luanda, Imprensa Nacional, pp. 68-69, 89 e 109.

¹⁰⁰ SOUSA FERREIRA, Eduardo de (1974), *Aspectos do Colonialismo Português*, Lisboa, Seara Nova, pp. 83-126; UNITED NATIONS (1962), *Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola (A/4978)*, p. 33; WOHLGEMUTH, Patrícia (1963), *The Portuguese Territories and the United Nations*, New York, Carnegie Endowment for International Peace, p. 40.

¹⁰¹ HARLEY, Lord (1956), *An African Survey*, ed. rev., Londres, Oxford University Press, p. 1258 e SILVA CUNHA, J. M. (1953), *O Sistema Português de Política Indígena, Subsídios para o seu Estudo*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 17-18.

-Bissau, considerado a Língua Portuguesa como a maior herança deixada pelo colonialismo. Logo, não foi com surpresa que, ao ler o Semanário Guineense “Nô Pintcha”, que tem 26 anos de idade, tantos quanto a independência daquele país, me deparei com um artigo de opinião de uma página, intitulado a letras garrafais “*Ensino Português relegado no plano inferior*” da autoria de Ansumane Bacar Turé (Ansu)¹⁰². Como destaque na primeira coluna do artigo, o seguinte: “*É com muita mágoa, em ver a língua portuguesa a desaparecer lentamente no xadrez cultural guineense, visto que os responsáveis ou as instituições vocacionadas para área têm mantido, silêncio total sobre este precioso instrumento de ligações entre povos que compõem a CPLP. Sabemos todos que, na Guiné Bissau, o Português que temos aprendido nos estudos liceais não nos permite falar e escrever correctamente o mesmo*”. Dada a comprovada afectividade que os povos de Língua Oficial Portuguesa nutrem uns pelos outros, infiro que artigo semelhante poderia aparecer em qualquer outra capital de país africano de expressão portuguesa, assim como ainda, em Díli. Daí, considerarmos que se torna difícil, em Angola, enquadrar a Língua Portuguesa no conjunto das línguas estrangeiras, quando as camadas mais jovens, que residem nos principais centros urbanos (pelo menos deste país), dificilmente se expressarem numa outra língua, que não o português, mesmo quando é pouca a sua competência linguística neste idioma.

O desenvolvimento económico e tecnológico, a cooperação bilateral e multilateral, no âmbito dos PALOP e da CPLP, a escolarização e os *media*, a globalização..., têm exigido cada vez mais a aprendizagem e a utilização da Língua Portuguesa,

¹⁰² TURÉ, Ansumane Bacar (sexta feira, 30 de Março de 2001), *Ensino Português relegado no plano inferior*, Jornal “Nô Pintcha”, Opinião, p. 4.

como também da Língua Francesa¹⁰³ e da Língua Inglesa, como meios de comunicação para consumo interno e externo. Hoje, há todo um conjunto de terminologias específicas, que não encontram a necessária correspondência nas línguas africanas. É um facto. Por outro lado há também que se equacionar a necessidade de se criar em Angola uma consciência nacional. E, uma mesma língua comum, capaz de ser entendida por todos os angolanos em qualquer parte do país, concorre necessariamente para o cumprimento deste desiderato. Logo estas, entre possivelmente outras, constituem razões suficientes para que, descomplexadamente, os angolanos, independentemente da existência de outros idiomas, tenham adoptado a Língua Portuguesa, como língua oficial, língua de escolaridade, língua de unidade nacional, dada a sua função veicular e, porque não também, como língua nacional (embora não africana), no mais estreito respeito pelos usuários do português em Angola. Isto, porque há muitos angolanos, independentemente da sua “... *cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, ideologia, grau de instrução, condição económica ou social*” (Art.º 18 da Constituição de Angola)¹⁰⁴, que não conhecem outro idioma, senão o português.

¹⁰³ Em entrevista à ANGOP, o delegado da Aliança Francesa em Angola, Sr. Emanuel Jafelline, afirmou na cidade do Lubango, que “*a organização que dirige está apostada em participar nos programas culturais do governo angolano, sobretudo naqueles, que primam pela preservação da identidade cultural dos diferentes povos*”. Daí que “*a Aliança Francesa em Angola, vai editar, este ano, gramáticas em línguas nacionais umbundu, kimbundu, fiote e nyaneka*”. Acrescentou ainda que, esta instituição francesa apoia um projecto de língua gaulesa na província da Huíla e tem promovido artistas culturais em diferentes domínios, como a pintura, música e escultura. In, angolapress-angop.ao (21 de Agosto de 2001), *Aliança Francesa vai editar gramáticas em línguas nacionais*, p. Cultura, Lubango.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

Mas, como também sublinhou a investigadora angolana Maria da Conceição Neto, “... *os angolanos no geral são em primeira instância bantuófonos. Não lusófonos. E para mim, o desenvolvimento da língua portuguesa em Angola, passa pelo reconhecimento dessa realidade*”¹⁰⁵. E este é um outro facto, que não pode passar ao lado da sociedade civil e da classe política angolana, no estreito respeito pela diferença, pelos direitos humanos e linguísticos, pela multiculturalidade existente e ainda, como princípio da alteridade no sistema educativo angolano.

7. Primeiras conclusões

Do ponto de vista meramente educacional e tendo em linha de conta não só o paradigma de colonização, mas também o contexto geográfico, histórico-cultural e sócio-económico angolano, uma primeira e sintética conclusão de fundo assenta precisamente em algo que nos é transmitido por um investigador americano, que afirma o seguinte: “... *De um modo geral, a política linguística da África Lusófona – com evidentes diferenças de país para país – reflecte as exigências do ressurgimento cultural, o qual é o componente essencial da construção nacional. Em Angola e Moçambique, o caminho a ser seguido é a legitimação das línguas africanas, desprezadas ou apenas toleradas pelo regime colonial. Esta valorização das línguas africanas aplica-se também à Guiné-Bissau, embora este país, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, apresente umas diferenças significativas, devido à presença de uma língua crioula. Nos cinco países, o uso da Língua Portuguesa e a relação desta com as línguas africanas ou crioulas, têm tido*

¹⁰⁵ NETO, Maria da C. (30 de Janeiro de 1994), *A Universidade dos Sete vista das Margens do Kwanza*, Luanda, Jornal de Angola, Vida e Cultura, p. 2.

uma importância cada vez maior”¹⁰⁶. O divórcio acentuado entre a educação e a cultura, sob responsabilidade da política de assimilacionismo traçada a partir de Lisboa no tempo colonial, não só conduziu a grande maioria dos angolanos ao analfabetismo, como também caiu em abordagens eurocêntricas, totalmente desviadas das realidades socioculturais africanas. A dicotomia, entre o quadro axiológico imposto pelo sistema de educação colonial e as necessidades educativas da grande maioria das populações angolanas, estas em total sintonia com a sua própria idiosincrasia, pareceu-nos por demais evidente.

Se de entre as causas impeditivas do desenvolvimento do ensino em Angola está certamente a escravatura, a dominação espanhola, a carência de um plano, a falta de acção dos governantes e a expulsão dos religiosos; torna-se-nos impossível, hoje, não inserir no conjunto dessas mesmas causas, as teorias racistas que imperaram de forma radical a partir da segunda metade do século XIX, muito possivelmente por inspiração de Arthur de Gobineau, de quem advém a paternidade do “culto da raça” e a divisão da espécie humana em “raças” distintas e desiguais (negra, amarela e branca) dotadas de caracteres permanentes, transmitidos hereditariamente¹⁰⁷. Talvez por essa razão, Fanon tenha escrito: “*O negro nunca foi tão negro, quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos.*”¹⁰⁸.

¹⁰⁶ HAMILTON, R. G. (1981), *Literatura Africana, Literatura Necessária, I – Angola, Luanda*, Lisbonne, p. 26.

¹⁰⁷ ANDRADE, Mário Pinto de (1997), *Origens do Nacionalismo Africano*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 58, referindo-se a GOBINEAU, Arthur de (1853-1855), *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris. Reeditado por Pierre Belfond (1985), Paris.

¹⁰⁸ APPIAH, kwame Anthony (1997), *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*, Contraponto Editora LTDA, Rio de Janeiro, p. 96, referindo-se a FANON, Frantz (1968), *The Wretched of the Earth*; Grove Press, Nova Iorque, p. 212.